

EDITAL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA - ALE/RR

PREGÃO ELETRÔNICO N.º: 90007/2026 (SRP)

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 03/2025

Objeto

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte aéreo (hora/voo), sob demanda, em aeronaves de Asas Fixas (Porte Leve) e Asa Rotativa (helicóptero), homologadas e licenciadas pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR.

ABERTURA DO CERTAME

DATA: 23/06/2026**HORÁRIO:** 09 h e 00 min (horário de Brasília)**SITE:** (www.gov.br/compras)

Havendo divergência entre a especificação do Sistema e a do Edital, prevalecerá a do Edital.

Todas as referências de tempo no Edital, e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília/DF.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO: Nº 03/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte aéreo (hora/voo), sob demanda, em aeronaves de Asas Fixas (Porte Leve) e Asa Rotativa (helicóptero), homologadas e licenciadas pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.864.964,80 (Três milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 23/06/2026 às 09 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

UASG: [926910](#)

SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DO CREDENCIAMENTO
4. DA CONVOCAÇÃO/PARTICIPAÇÃO
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
8. DA FASE DE JULGAMENTO
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO
10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
12. DOS RECURSOS
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

PREÂMBULO

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR por intermédio da Superintendência de Compras, nos termos do art. 51 e 52 da Resolução Legislativa nº 002/2024, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma do [artigo 28 inciso I](#), da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), [Resolução Legislativa Nº 001/2024](#), [Resolução Legislativa Nº 004/2025](#), [Lei Complementar nº. 123/2006](#) e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** e com critério de julgamento **MENOR PREÇO** por **ITEM**, conforme condições e especificações estabelecidas neste **Edital** e seus **Anexos**.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte aéreo (hora/voo), sob demanda, em aeronaves de Asas Fixas (Porte Leve) e Asa Rotativa (helicóptero), homologadas e licenciadas pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A licitação será realizada **“POR ITEM”**, devendo o licitante oferecer proposta para os itens de seu interesse.

1.3 O valor **estimado** pela Administração para aquisição do objeto deste certame é **R\$ 3.864.964,80** (Três milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos).

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao **Órgão Gerenciador** constam da Minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. É **vedada** à participação do **Órgão** ou **Entidade** em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão, em sua forma eletrônica;

3.2. O cadastro no **SICAF** deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão;

3.4. A licitante responsabiliza-se **exclusiva** e **formalmente** pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas **propostas** e seus **lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, **excluída** a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

3.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema para imediato **bloqueio** de acesso.

4. DA CONVOCAÇÃO/PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que inscreverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no **SICAF** até o (3º) **terceiro dia útil** anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. **Serão inaplicáveis os tratamentos diferenciados para microempresas e empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas**, tendo em vista o disposto no [art. 49, III, da Lei nº 123/2006](#).

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

4.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

4.6.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (**cinco por cento**) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 1976](#), concorrendo entre si;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

4.6.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (**cinco**) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.10. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.6.10.1. **Fica vedada a participação de empresas reunidas em consórcio na presente licitação**, com fundamento no [art. 15 da Lei nº 14.133/2021](#), que confere à Administração Pública a prerrogativa de admitir ou não tal forma de participação, conforme as especificidades do objeto e os interesses da gestão pública.

4.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, atuando nessa condição;

4.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.3 e 4.6.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. O disposto nos itens 4.6.3 e 4.6.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.12. A vedação de que trata o item 4.6.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.13. Para a execução desta contratação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço**, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para **abertura** da sessão pública.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.19. deste Edital.

5.3. No **cadastramento** da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo [7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte** ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#). (Quando aplicável)

5.5.1. No item **exclusivo** para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “NÃO” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “NÃO” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5.3. A comprovação de regularidade **fiscal e trabalhista** das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

5.5.4. As microempresas e as empresas de pequeno porte, **deverão** apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.5.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **(05)** cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a **critério** da Administração Pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5.6. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no Item 5.5.5, implicará **decadência** do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Legislação aplicável,

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do art. 3º da referida lei](#);

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de **10%** (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do art. 3º da referida lei](#);

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. A **falsidade** da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste **Edital**.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu **valor final mínimo** quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o **valor final mínimo**, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor **final mínimo** parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

5.13. O valor **final mínimo parametrizado** na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor unitário do item** (conforme o caso).

6.1.2. Marca (quando solicitado);

6.1.3. Fabricante (quando solicitado);

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Termo de Referência**: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta **vinculam** a Contratada.

6.2.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo **inferior** ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos lances propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os **preços** ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de **exclusiva** responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. O limite máximo aceitável para a contratação será conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UND.	QTD.
1	Aeronave Monomotor, Asas Fixas (Porte Leve), capacidade de no mínimo, 6 pessoas (sendo 05 passageiros e 01 tripulante) ou 500 kg de carga para operações sob regras de voos visuais. Velocidade de cruzeiro mínima – 200 (duzentos) km/h. Homologação na categoria TPX e para transporte de passageiros e cargas. Com combustível e os demais custos de encargos referentes a essa atividade, homologada e licenciada pela Agência de Aviação Civil — ANAC, com disponibilidade/decolagem a partir de aeroporto ou pista homologada pela ANAC, preferencialmente no município de Boa Vista/RR ou municípios circunvizinhos.	14680	Hora/Voo	360

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

2	Aeronave de Asa Rotativa (helicóptero), capacidade de no mínimo, 6 pessoas (sendo 05 passageiros e 01 tripulante), ou capacidade de carga mínima de 450kg, autonomia mínima de até 3h30 (três horas e trinta minutos), com combustível e os demais custos de encargos referentes a essa atividade, homologada e licenciada pela Agência de Aviação Civil – ANAC. Velocidade de cruzeiro de 220 km/h. Homologação na categoria TPX, com disponibilidade/decolagem a partir de aeroporto ou pista homologada pela ANAC, preferencialmente no município de Boa Vista/RR ou municípios circunvizinhos.	14680	Hora/Voo	120
---	--	-------	----------	-----

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.9. Considerando se tratar de registro de preços, para fins de licitação serão aceitas somente as propostas que cotarem os quantitativos máximos a serem contratados, ficando vedado o cadastro propostas com quantidades mínimas;

6.10. Pela particularidade de a execução dos serviços serem executados em Boa Vista-RR, ou terem sua origem nesta, fica dispensado a possibilidade de valores distintos/diferentes/variáveis em virtude de sua execução, acrescenta-se que pela natureza do serviço os preços da proposta já condizem com todos os custos.

6.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na **data, horário e local** indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão **retirar** ou **substituir** a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente** por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor** inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (**zero vírgula um por cento**).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de **15 (quinze) segundos** após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Será adotado o modo para o envio de lances na licitação o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de **fechamento** iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de **20%**.
- 7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12. Seguindo o modo de disputa adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (**dez por cento**) inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 7.12.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de **20%**.
- 7.12.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 7.12.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.12.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.12.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

7.12.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **5%** (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em Lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro **prorrogar** o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a **negociação** do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de **aceitação e julgamento** da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no item **4.6** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. **SICAF**;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS**, mando pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP**, mando pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Será **DESCLASSIFICADA** a proposta vencedora que:

8.5.1. Contiver vícios insanáveis;

8.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

8.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (**cinquenta por cento**) do valor orçado pela Administração.

8.6.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.6.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de **amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de **não** aceitação da proposta.

8.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o **local** e **horário** de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.12. No caso de não haver entrega da **amostra** ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.13. Caso o Termo de Referência exija **prova de conceito (PoC)**, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de **10 (dez) dias úteis** da data estabelecida para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.

8.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.

8.15. A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.

8.16. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.

8.17. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.

8.18. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

8.19. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de **3 (três) dias úteis, não prorrogáveis**, a contar da data de

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.

8.20. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (**PoC**), venha a apresentar falha durante o teste.

8.21. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.

8.22. **Não** será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.23. No caso de **desclassificação** do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na **PoC**.

8.24. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF;

9.1.1. Caso o SICAF não contemple todo o Objeto deste Pregão, encaminhar o Contrato Social, Estatuto, ou documentos pertinentes, emitidos pela Junta Comercial da sede da licitante, que contemple o objeto, para fins de habilitação;

9.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firme e verdadeira sua proposta e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.1.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

9.1.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

9.1.5. Ato de autorização para o exercício da atividade fornecido pelo Comando da Aeronáutica, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), de acordo com a [Portaria nº. 190/GC-5, de 20 de março de 2001](#), sob pena de desclassificação a não apresentação.

9.1.6 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

9.2.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.2.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.3. Prova de regularidade com a FAZENDA ESTADUAL, devidamente atualizada;

9.2.4. Prova de regularidade com a FAZENDA MUNICIPAL, devidamente atualizada;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

9.2.5. Comprovação de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, devidamente atualizada;

9.2.6 Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme [alínea "a" do artigo 27 da Lei nº. 8.036/90](#), devidamente atualizado;

9.2.7. Certidão negativa de débitos trabalhistas - [CNDT, conforme Lei nº. 12.440/11](#), devidamente atualizada;

9.2.8. Declaração que cumpre o disposto no inciso [XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

9.3. Qualificação econômico-financeira:

9.3.1. Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data para a apresentação da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade;

9.3.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do [art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005](#), sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo:} \\ \text{LG} = \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{Ativo Total} \\ \text{SG} = \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{Ativo Circulante} \\ \text{LC} = \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.3.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

8.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.4. Capacidade Técnico-operacional

9.4.1. Para fins de comprovação, deverão ser observados os seguintes critérios:

9.4.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.4.1.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

9.4.1.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias para comprovar a veracidade e a legitimidade dos atestados apresentados, comprometendo-se a apresentar, sempre que solicitado pela Administração, entre outros documentos pertinentes, cópia do contrato que

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

fundamentou a prestação dos serviços, o endereço atualizado da contratante e a indicação do local onde os serviços foram efetivamente executados;

9.4.1.4. Serão aceitos as somatórias de atestados para fins de comprovação dos limites exigidos.

9.4.2. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, podendo ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.4.3. Certificado de Homologação de Empresa Aérea (CHETA) em seu nome, em plena validade, certificados de matrícula e certificado de aeronavegabilidade de pelo menos 01 (uma) aeronave de cada item objeto desta contratação, além da cópia da Especificação Operativa (EO) atualizada e válida, comprovando assim a capacidade e autorizações das empresas proponentes em realizar os serviços com aeronaves do tipo helicóptero e/ou avião apresentadas, sendo que todos estes certificados deverão ser emitidos pela ANAC. Após a contratação e antes do início da execução dos serviços, a empresa deverá apresentar a mesma documentação das demais aeronaves, caso haja necessidade de subcontratação de parte do objeto.

9.4.4. As aeronaves deverão operar com todos os equipamentos de segurança exigidos pela ANAC, estar com a manutenção em dia e contar com tripulação treinada e habilitada, conforme previsto nas normas do RBAC 135.

9.4.5. Todos os serviços prestados deverão observar integralmente as normas da ANAC, do Código Brasileiro de Aeronáutica, do DECEA, e demais órgãos reguladores da aviação civil.

9.4.6. O descumprimento de quaisquer dos padrões de desempenho ora fixados poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da rescisão contratual, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.4.7. Sociedades empresárias estrangeiras deverão atender à exigência de registro apresentando, no momento da assinatura do contrato, comprovação de solicitação de registro junto à entidade profissional competente no Brasil.

9.4.8. Apresentar documento expedido pelo órgão regulador ANAC, que ateste que as especificações operativas das aeronaves, assim como os equipamentos suplementares, atendem às normas e padrões exigidos pela legislação vigente, em situação válida.

9.4.9. Apresentar à CONTRATANTE o prefixo das aeronaves, cópias do Certificado de Aeronavegabilidade, Certificado de Matrícula, Seguro Obrigatório e a Ficha Anual de Manutenção - FIAM (se aplicável), e demais documentos de porte obrigatório a bordo, no início da operação, durante a vigência do contrato ou sempre que for necessária a substituição de aeronaves.

9.5. Habilitação Técnico-Profissional

9.5.1. Registro ou inscrição da empresa perante a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, para a atividade TÁXI AÉREO em conformidade com as Especificações Operativas (EO) de cada aeronave, bem como ter a indispensável autorização para os serviços de manutenção em suas aeronaves ou contrato de manutenção com oficina homologada, em plena validade;

9.5.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.5.3. Ao apresentar a proposta, a Licitante deverá fornecer um Plano de Ação detalhado para a execução do objeto, levando em conta o número de horas contratadas e as aeronaves a serem utilizadas nos serviços;

9.5.4. Relação detalhada das aeronaves: marca, modelo, ano de fabricação, procedência, número de série e matrícula.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

9.5.5. Comprovação de tripulação qualificada: pilotos e mecânicos devidamente licenciados e certificados pela ANAC, apresentando documentos de habilitação e vínculo empregatício quando solicitado.

9.5.6. Manutenção da documentação atualizada durante toda a execução contratual, incluindo Certificado de Aeronavegabilidade, Certificado de Operador Aéreo (COA), licenças dos pilotos e seguro obrigatório.

9.5.7. Pontualidade: os serviços deverão ser prestados dentro do prazo estabelecido em cada Ordem de Serviço emitida pela Casa Militar/ALE/RR, admitindo-se tolerância máxima de até 30 (trinta) minutos para decolagem, salvo por motivo de força maior ou condições climáticas adversas comprovadas.

9.6. Vistoria

9.6.1. Não há necessidade de realização de vistoria técnica do serviço objeto deste Instrumento.

9.7. Caso o **SICAF** não contemple todo o Objeto deste Pregão, encaminhar o Contrato Social, Estatuto, ou documentos pertinentes, emitidos pela Junta Comercial da sede da licitante, que contemple o objeto, para fins de habilitação;

9.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.9. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.10. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.11. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digitalizada.

9.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.14. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

9.15. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (quando cabível).

9.16. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (quando cabível).

9.17. A habilitação será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

9.18. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.19. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **SICAF** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.20. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.21. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.22. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **SICAF** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 2 (**duas**) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.23. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço.

9.24. A verificação no **SICAF** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.24.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.24.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relava à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.25. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.25.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.25.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.26. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.27. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.24.1.

9.28. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.29. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

9.30. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já ter sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. **Homologado** o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de **decadência** do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo de convocação poderá ser **prorrogado** uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de **assinatura digital** e disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas - **PNCP**.

10.4. Será formalizada Ata de Registro de Preços para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a adjudicatária obriga-se a fornecer os bens a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, **prevalecendo**, no caso de **divergência**, as condições mais favoráveis à Administração.

10.6. A existência de preços registrados implicará **compromisso** de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10.7.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação, aceitar a contratação nos termos deste Instrumento, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

I - Convocar os licitantes de que licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.8. Os valores registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro deste instrumento, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto ao detentor da ata, observadas as disposições contidas na legislação vigente.

10.9. Nas hipóteses de solicitação para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, a Detentora da Ata deverá formalizar pedido com as devidas justificativas e comprovações, protocolando-o na **Superintendência de Compras**.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

10.10. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no [PNCP](#) e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na Ata, na forma de Anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor **não assinar** a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o **cancelamento** do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos [art. 29 da Resolução Legislativa Nº 004/2025](#).

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no **Edital**, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor **condição**.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**.

12.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que ver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do **Portal Nacional de Contratações Públicas**.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 83 da Resolução Legislativa nº 001/2024, de 08 de abril de 2024 em consonância aos artigos 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado ficará sujeito à responsabilização administrativa pela prática das infrações previstas em lei e neste Termo de Referência, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

13.1.1. Constituem infrações administrativas, entre outras, as seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- f) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.1.2. A ocorrência de qualquer das infrações acima ensejará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, neste Termo de Referência e posteriormente em edital e/ou contrato.

13.2. Para estas possibilidades serão aplicadas as seguintes sanções, de acordo com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá aplicar ao licitante ou ao contratado que incorrer em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da referida Lei, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, as seguintes sanções administrativas:

13.2.1. ADVERTÊNCIA - aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do subitem 13.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais graves.

13.2.2. MULTA - aplicada sobre qualquer infração administrativa, inclusive cumulativamente, prevista nos subitens do item 13.1.1., das seguintes formas:

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

a) Moratória: para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.1.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

- Caso o atraso ultrapasse 25 dias, poderá ensejar a rescisão contratual, nos termos do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021.

b) Monetária: para atraso na apresentação, reposição ou suplementação da garantia contratual (art. 96 da Lei nº 14.133/2021) de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, limitado a 2% (dois por cento);

- Persistindo o atraso por mais de 25 dias, aplica-se a extinção do contrato por descumprimento contratual.

c) Compensatória: para infrações previstas na alínea “a” do subitem 13.1.1, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

d) Compensatória: para infrações previstas na alínea “b” do subitem 13.1.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

e) Compensatória: para inexecução total do contrato previsto na alínea “c” do subitem 13.1.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

f) Compensatória: em substituição à multa moratória descrita para a alínea “d” do subitem 13.1.1, de 3% (três por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação;

g) Compensatória: para as infrações descritas nas alíneas “e” a “i” do subitem 13.1.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

13.2.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR - quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 13.1.1., sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave;

13.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do subitem 13.1.1., bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do mesmo subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1., 13.2.3. e 13.2.4. poderão ser aplicadas juntamente com a sanção prevista no subitem 13.2.2., facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da comunicação enviada por autoridade competente, na forma do § 7º do art. 156 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

13.3.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.3.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.6.2. As periculosidades do caso concreto;

13.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.6.4. Os danos que dela provierem para a Contratante; e

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

13.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em (www.gov.br/compras) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: sup.compras@al.rr.leg.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço **Av. Surumú, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente, Superintendência de Compras - SCP/ALE/RR.**

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada **Ata da sessão** pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília - DF.**

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e endereço eletrônico: <https://scp.al.rr.leg.br/>

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

15.11.1.1. Anexo I - Mapa de Gerenciamento de Risco - MGR

15.11.1.2. Anexo II - Instrumento De Medição De Resultado – IMR

15.11.1.3. Anexo III - Detalhamento dos Valores.

15.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

15.11.3. ANEXO III – Modelo Ata de Registro de Preços;

15.11.4.1. Anexo I – Anexo.

15.11.4. ANEXO IV – Modelo da Proposta de Preço;

Josiane dos Santos Moraes
Superintendente de Compras
Matrícula nº 36495
Resolução nº 6682/2026-SGP¹

¹ Diário da ALE/RR Ed. Nº 4647

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS REQUISITANTE E TÉCNICA

- a) Área requisitante: Casa Militar da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima - ALE/RR;
- b) Responsável pela demanda: Coronel QOCPM Francisco Xavier Medeiros de Castro;
- c) Matrícula nº: 30.905.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte aéreo (hora/voo), sob demanda, em aeronaves de Asas Fixas (Porte Leve) e Asa Rotativa (helicóptero), homologadas e licenciadas pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Descrição da situação atual:

3.1.1. A presente contratação visa atender, com celeridade, segurança e eficiência logística, às demandas atuais e futuras de deslocamento institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, por meio de aeronaves de asas fixas (porte leve) e rotativas (helicópteros), devidamente homologadas e licenciadas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

3.1.2. Os serviços serão utilizados para a realização de voos dentro do território do Estado de Roraima e, quando necessário, em âmbito nacional, com o objetivo de garantir o transporte de pessoal e bagagens em ações de natureza administrativa, legislativa, fiscalizatória e representativa, no interesse da execução plena das atividades institucionais da ALE/RR.

3.1.3. A contratação justifica-se, ainda, pela necessidade de ampliar a capacidade atual da prestação dos serviços de transporte aéreo, tendo em vista o encerramento da vigência do Contrato nº 032/2021, oriundo do Processo nº 411/2021, cujo 2º Termo Aditivo expirou em 20 de agosto de 2024, sem possibilidade de prorrogação contratual. Ressalta-se que, atualmente, encontra-se vigente

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

o Contrato nº 018/2025, decorrente do Processo Eletrônico nº 2025-77, o qual contempla exclusivamente aeronaves de asas fixas de porte médio, não abrangendo os modelos ora pretendidos nesta nova contratação.

3.1.4. Considerando a realidade geográfica do Estado de Roraima e de grande parte da região Norte do país, marcada por áreas remotas, isoladas e de difícil acesso, a utilização das aeronaves previstas nesta contratação configura-se como medida essencial à execução eficaz das políticas públicas e das atribuições parlamentares da Assembleia Legislativa, contribuindo para a prestação de serviços com maior agilidade, segurança e economicidade.

3.1.5. Dentre os principais benefícios operacionais do serviço proposto, destacam-se:

- a) Acesso a localidades inalcançáveis por modais convencionais**, como rodoviário e fluvial;
- b) Redução do tempo-resposta** para demandas urgentes, missões institucionais e ações estratégicas;
- c) Ampliação da capacidade de atuação parlamentar** em regiões de difícil acesso, permitindo a presença efetiva do Poder Legislativo em todo o território estadual.

3.1.6. Dessa forma, conclui-se que a presente contratação é indispensável para atender às demandas atuais e futuras da ALE/RR no tocante ao transporte aéreo, assegurando a continuidade das atividades legislativas e a presença institucional em todo o território estadual e nacional. A limitação parcial no que tange ao modelo de aeronave disponível para atendimento desse serviço comprometeria o funcionamento regular da Casa Legislativa, especialmente em situações emergenciais ou em locais com sérias restrições de acesso por meios terrestres.

3.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

3.2.1. A definição das quantidades de horas/voo a serem contratadas está vinculada à necessidade institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR de manter disponibilidade contínua de transporte aéreo para o atendimento de suas atribuições administrativas, legislativas e representativas, conforme delineado no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 01/2025, constante nos autos no evento [H2692].

3.2.2. O referido DFD evidencia que a contratação do serviço de transporte aéreo constitui

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

3.2.8. Dessa forma, as quantidades ora definidas resultam de avaliação técnica fundamentada, conciliando o histórico de utilização do serviço, a realidade logística do Estado de Roraima e a necessidade de planejamento adequado, garantindo a disponibilidade de transporte aéreo compatível com as demandas institucionais da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, em conformidade com a Resolução Legislativa nº 001/2024.

3.3. Os resultados esperados com a contratação: Com a referida contratação o resultado pretendido é:

3.3.1. Garantia de resposta rápida e logística eficiente, especialmente em situações urgentes ou que demandem deslocamentos imediatos;

3.3.2. Melhoria no desempenho institucional das ações legislativas e representativas;

3.3.3. Redução de riscos operacionais, mediante transporte seguro, prestado por empresa devidamente habilitada e certificada pela ANAC;

3.3.4. Aprimoramento da gestão administrativa, com planejamento prévio de rotas e disponibilidade de aeronave conforme a necessidade desta Casa de Leis;

3.3.5. Cumprimento das obrigações regimentais e constitucionais da ALE/RR, garantindo a presença e a atuação institucional onde for necessário no Estado de Roraima;

3.3.6. Observância dos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, vantajosidade e planejamento, conforme preceitos da Lei nº 14.133/2021 e da Resolução nº 001/2024 da ALE/RR.

3.4. Contrato com mesmo objeto: Existe contratação vigente com objeto correlato ao da presente demanda, formalizada por meio do Contrato nº 018/2025, com vigência de 21 de maio de 2025 a 21 de maio de 2026, oriundo do Processo Administrativo Eletrônico nº 2025-77.

3.4.1. O referido contrato resultou da adesão à Ata de Registro de Preços de empresa especializada na prestação de serviços de locação de aeronave (táxi aéreo), por hora/voo e pernoite, e contempla exclusivamente aeronaves de asas fixas de porte médio.

3.4.2. No entanto, o contrato em referência não abrange os modelos de aeronaves ora pretendidos nesta nova contratação, a saber: aeronaves de asas fixas (porte leve) e asas rotativas (helicópteros),

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

5.1. A presente contratação possui **natureza de serviço contínuo** e comum, uma vez que trata da prestação regular de serviços de transporte aéreo hora/voo (táxi aéreo), voltados ao atendimento das demandas institucionais da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, especialmente os deslocamentos de parlamentares e servidores no exercício de suas atribuições legais, regimentais e administrativas.

5.2. A recorrência das demandas e a necessidade de disponibilidade permanente de aeronaves para atendimento célere e seguro a localidades de difícil acesso justificam a contratação na **forma continuada**, assegurando regularidade, prontidão operacional e eficiência logística.

5.3. Ressalte-se que a contratação continuada permite melhor controle de custos, planejamento orçamentário mais eficiente e maior estabilidade na prestação dos serviços, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

5.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal,, conforme estabelecido nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A possibilidade de prorrogação contratual contribui para a eficiência, economicidade e previsibilidade da contratação pública, evitando a deflagração frequente de novos certames licitatórios, os quais podem gerar custos adicionais, descontinuidade do serviço e riscos operacionais à atividade legislativa.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 5 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. Exigências de habilitação

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF;

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

7.1.2. Caso o SICAF não contemple todo o Objeto deste Pregão, encaminhar o Contrato Social, Estatuto, ou documentos pertinentes, emitidos pela Junta Comercial da sede da licitante, que contemple o objeto, para fins de habilitação;

7.1.3. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firme e verdadeira sua proposta e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.1.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

7.1.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.1.6. Ato de autorização para o exercício da atividade fornecido pelo Comando da Aeronáutica, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), de acordo com a Portaria nº. 190/GC-5, de 20 de Março de 2001, sob pena de desclassificação a não apresentação.

7.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

7.2.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.3. Prova de regularidade com a FAZENDA ESTADUAL, devidamente atualizada;

7.2.4. Prova de regularidade com a FAZENDA MUNICIPAL, devidamente atualizada;

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

7.2.5. Comprovação de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, devidamente atualizada;

7.2.6. Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, conforme alínea "a" do artigo 27 da Lei nº. 8.036/90, devidamente atualizado;

7.2.7. Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, conforme Lei nº. 12.440/11, devidamente atualizada;

7.2.8. Declaração que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.3. Qualificação econômico-financeira

7.3.1. Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data para a apresentação da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade;

7.3.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

7.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

a)
$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo LG}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} =$$

b)
$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{SG} = \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

c)
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{LC} =$$

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

7.3.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente;

7.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.4. Capacidade técnica-operacional

7.4.1. Para fins de comprovação, deverão ser observados os seguintes critérios:

- a) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- b) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
- c) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias para comprovar a veracidade e a legitimidade dos atestados apresentados, comprometendo-se a apresentar, sempre que solicitado pela Administração, entre outros documentos pertinentes, cópia do contrato que fundamentou a prestação dos serviços, o endereço atualizado da contratante e a indicação do local onde os serviços foram efetivamente executados;
- d) Serão aceitos as somatórias de atestados para fins de comprovação dos limites exigidos.

7.4.2. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, podendo ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.4.3. Certificado de Homologação de Empresa Aérea (CHETA) em seu nome, em plena validade, certificados de matrícula e certificado de aeronavegabilidade de pelo menos 01 (uma) aeronave de cada item objeto desta contratação, além da cópia da Especificação Operativa (EO) atualizada e válida, comprovando assim a capacidade e autorizações das empresas proponentes em realizar os serviços com aeronaves do tipo helicóptero e/ou avião apresentadas, sendo que todos

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

estes certificados deverão ser emitidos pela ANAC. Após a contratação e antes do início da execução dos serviços, a empresa deverá apresentar a mesma documentação das demais aeronaves, caso haja necessidade de subcontratação de parte do objeto.

7.4.4. As aeronaves deverão operar com todos os equipamentos de segurança exigidos pela ANAC, estar com a manutenção em dia e contar com tripulação treinada e habilitada, conforme previsto nas normas do RBAC 135.

7.4.5. Todos os serviços prestados deverão observar integralmente as normas da ANAC, do Código Brasileiro de Aeronáutica, do DECEA, e demais órgãos reguladores da aviação civil.

7.4.6. O descumprimento de quaisquer dos padrões de desempenho ora fixados poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação vigente, sem prejuízo da rescisão contratual, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.7. Sociedades empresárias estrangeiras deverão atender à exigência de registro apresentando, no momento da assinatura do contrato, comprovação de solicitação de registro junto à entidade profissional competente no Brasil.

7.4.8. Apresentar documento expedido pelo órgão regulador ANAC, que ateste que as especificações operativas das aeronaves, assim como os equipamentos suplementares, atendem às normas e padrões exigidos pela legislação vigente, em situação válida.

7.4.9. Apresentar à CONTRATANTE o prefixo das aeronaves, cópias do Certificado de Aeronavegabilidade, Certificado de Matrícula, Seguro Obrigatório e a Ficha Anual de Manutenção - FIAM (se aplicável), e demais documentos de porte obrigatório a bordo, no início da operação, durante a vigência do contrato ou sempre que for necessária a substituição de aeronaves.

7.5. Habilitação Técnico-Profissional

7.5.1. Registro ou inscrição da empresa perante a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, para a atividade TÁXI AÉREO em conformidade com as Especificações Operativas (EO) de cada aeronave, bem como ter a indispensável autorização para os serviços de manutenção em suas aeronaves ou contrato de manutenção com oficina homologada, em plena validade;

7.5.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7.5.3. Ao apresentar a proposta, a Licitante deverá fornecer um Plano de Ação detalhado para a execução do objeto, levando em conta o número de horas contratadas e as aeronaves a serem utilizadas nos serviços;

7.5.4. Relação detalhada das aeronaves: marca, modelo, ano de fabricação, procedência, número de série e matrícula.

7.5.5. Comprovação de tripulação qualificada: pilotos e mecânicos devidamente licenciados e

7.5.6. certificados pela ANAC, apresentando documentos de habilitação e vínculo empregatício quando solicitado.

7.5.7. Manutenção da documentação atualizada durante toda a execução contratual, incluindo Certificado de Aeronavegabilidade, Certificado de Operador Aéreo (COA), licenças dos pilotos e seguro obrigatório.

7.5.8. Pontualidade: os serviços deverão ser prestados dentro do prazo estabelecido em cada Ordem de Serviço emitida pela Casa Militar/ALE/RR, admitindo-se tolerância máxima de até 30 (trinta) minutos para decolagem, salvo por motivo de força maior ou condições climáticas adversas comprovadas.

7.6. Vistoria

7.6.1. Não há necessidade de realização de vistoria técnica do serviço objeto deste Termo de Referência.

8. FORMA DE CONTRATAÇÃO

8.1. Classificação do objeto

8.1.1. O objeto desta pretensa contratação se caracteriza de **natureza comum**, se enquadrando no art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade usualmente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado, com características e padrões de desempenho definíveis de forma objetiva.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

8.1.2. Neste contexto, justifica-se que o objeto a ser contratado, prestação de serviços de transporte aéreo (hora/voo), sob demanda, se caracteriza como serviço de natureza comum, pois não possui características especiais, sendo utilizados os mesmos serviços oferecidos pelo mercado em geral, bem como caracterizado como serviços e fornecimentos contínuos, conforme art. 6º, inciso XV, da Lei 14.133/2021, por ser a forma de transporte que pode propiciar a logística do deslocamento das autoridades parlamentares e demais servidores da ALE/RR, às áreas remotas e/ou inacessíveis por outros meios de transportes.

8.2. Indicação do Sistema de Registro de Preços - (SRP)

8.2.1. A presente contratação será realizada sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 ao art. 86 da Lei nº 14.133/2021, regulamentados no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima pela **Resolução Legislativa nº 004/2025**, considerando a natureza do objeto, a forma de execução dos serviços e a necessidade de assegurar celeridade, economicidade, eficiência administrativa e adequada gestão dos recursos públicos.

8.2.2. A contratação pretendida preenche duas hipóteses autorizadoras expressas no art. 3º da Resolução Legislativa nº 004/2024, quais sejam:

- a) Art. 3º, inciso I** – “quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes”, pois, a prestação de serviços de transporte aéreo (hora/voo), sob demanda são necessidades recorrentes e essenciais para a execução das atividades parlamentares;
- b) Art. 3º, inciso II** - “quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa” hipótese que se amolda integralmente à prestação de serviços de transporte aéreo por hora/voo;
- c) Art. 3º, inciso IV** – “quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração”, visto que os serviços são executados sob demanda, não sendo possível estimar previamente a sua frequência e volume;

8.2.3. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada à forma de execução do objeto, uma vez que os serviços de transporte aéreo são remunerados por unidade de medida (hora/voo), permitindo à Administração contratar exclusivamente as horas efetivamente necessárias, sem a obrigatoriedade de consumo integral dos quantitativos estimados.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

8.2.4. O SRP confere maior flexibilidade operacional à Administração, assegurando disponibilidade contínua do serviço para atendimento das demandas institucionais, sem a necessidade de instauração de sucessivos procedimentos licitatórios para cada solicitação de transporte aéreo.

8.2.5. O registro prévio de preços unitários por hora/voo possibilita maior controle e previsibilidade dos gastos públicos, permitindo que a Administração limite as despesas ao efetivo consumo do serviço, em observância aos princípios da economicidade, da eficiência, do planejamento e da transparência.

8.2.6. Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico, jurídico e administrativo, assegurando flexibilidade na execução e continuidade do serviço.

8.2.7. Considerando tratar-se de Sistema de Registro de Preços, para fins de participação na licitação serão aceitas exclusivamente propostas que contemplem os quantitativos máximos estimados, ficando vedada a apresentação de propostas com quantitativos mínimos.

8.2.8. Em razão da particularidade da execução dos serviços, que terão como base operacional o Município de Boa Vista/RR ou localidades que tenham esta como origem, fica afastada a possibilidade de adoção de valores distintos, diferenciados ou variáveis em função do local de execução, considerando que os preços ofertados deverão contemplar todos os custos necessários à plena execução do serviço.

8.2.9. O Sistema de Registro de Preços mostra-se, ainda, adequado à logística de deslocamento das autoridades parlamentares e demais servidores da ALE/RR para áreas remotas e/ou inacessíveis por outros meios de transporte, assegurando pronta disponibilidade operacional sempre que houver demanda institucional.

8.2.10. A Intenção de Registro de Preços – IRP não se aplica ao presente caso, considerando que a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR será a única contratante dos serviços, nos termos do art. 29, § 2º, da Resolução Legislativa nº 001/2024, não sendo admitida a participação de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

8.2.11. Ademais, não há previsão no planejamento institucional para atendimento de demandas de outros entes, razão pela qual a adoção da IRP não se mostra adequada ao caso concreto.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

8.2.12. Ressalta-se, ainda, que a utilização da IRP exigiria a adoção de atos administrativos adicionais, com potencial impacto negativo sobre o cronograma do certame, especialmente no que se refere aos prazos de conclusão do procedimento e início da execução do objeto, circunstância relevante diante da inexistência de contrato vigente para a prestação dos serviços de transporte aéreo.

8.3. Tipo da Contratação

8.3.1. Considerando a classificação do objeto, que permite aferir padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/21, a contratação será realizada por meio de **LICITAÇÃO**.

8.4. Modalidade de Licitação

8.4.1. A presente licitação será processada na modalidade de **Pregão na sua forma Eletrônica**, utilizando o Sistema de Registro de Preços – SRP;

8.5. Critério de julgamento

8.5.1. O critério de julgamento adotado para a presente licitação será o **MENOR PREÇO POR ITEM** (hora/voo), conforme previsão no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Adjudicação

8.6.1. A adjudicação deverá ser feita “por itens”, uma vez que para a modalidade de pregão eletrônico está condicionada a este modo de adjudicação.

8.7. Participação ou não de consórcio de empresas

8.7.1. Considerando a natureza do objeto, classificado como prestação de serviços de transporte aéreo por hora/voo, executados sob demanda, em aeronaves de asas fixas (porte leve) e de asa rotativa (helicópteros), verifica-se que o mercado fornecedor é amplamente atendido por empresas individualmente constituídas, devidamente certificadas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, não havendo complexidade técnico-operacional que justifique a necessidade de consorciamento empresarial para viabilizar o atendimento das obrigações contratuais.

8.7.2. A prestação dos serviços de transporte aéreo exige licenciamento individual, certificação operacional específica, responsabilidade técnica direta, tripulações próprias, manutenção aeronáutica regular e observância rigorosa das normas de segurança da aviação civil, requisitos que

aplicado o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.8.3. Neste caso, considerando a natureza técnica e operacional específica do objeto desta contratação: Prestação de serviços de transporte aéreo hora/voo em aeronaves de asas fixas e rotativas, homologadas pela ANAC, com tripulação devidamente habilitada e licenças de operação regulares, sendo necessária a aplicação integral dos critérios de habilitação técnica e operacional a todos os licitantes, independentemente do porte empresarial, de forma a assegurar a prestação de serviços seguros, eficientes e em conformidade com as normas da aviação civil, verifica-se como inviável a aplicação do tratamento diferenciado.

8.8.4. Registre-se que o valor global estimado da contratação, considerado o período anual de vigência, ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, afastando, desde logo, a obrigatoriedade de adoção de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

8.8.5. Ressalte-se, ainda, que a natureza do serviço contratado é incompatível com a aplicação dos benefícios do tratamento diferenciado, nos termos do art. 10, inciso II, e parágrafo único, inciso II, do Decreto nº 8.538/2015, uma vez que a execução do objeto envolve elevado grau de complexidade técnica, riscos operacionais relevantes e rigoroso controle regulatório, circunstâncias que exigem estrutura empresarial especializada e plenamente habilitada.

8.8.6. Nessas condições, a aplicação de exclusividade, reserva de cotas ou subcontratação compulsória de microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas não se revela vantajosa para a Administração Pública, podendo comprometer a eficiência, a segurança operacional e a adequada execução do conjunto do objeto, em afronta aos princípios do interesse público, da eficiência e da economicidade.

8.8.7. Diante do exposto, o afastamento do tratamento diferenciado encontra-se devidamente motivado em elementos técnicos, econômicos e operacionais concretos, atendendo ao caráter vinculativo da legislação aplicável e às hipóteses legais de exceção previstas no **art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c art. 10 do Decreto nº 8.538/2015**, mantendo-se assegurada a ampla competitividade entre os licitantes que atendam integralmente aos requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

9.1. Subcontratação: É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

9.1.1. É vedada a subcontratação completa do objeto da contratação.

9.1.2. A subcontratação fica limitada até 30% (trinta por cento) dos itens contratados.

9.1.3. A subcontratação é admissível em casos emergenciais e fortuitos como no caso de mau funcionamento ou necessidade de reparos imediatos na aeronave (falha material imprevisível);

9.2. Da necessidade de apresentação de amostras

9.2.1. Não há necessidade de amostras em razão da natureza jurídica do serviço objeto deste Termo de Referência.

9.3. Garantias da contratação

9.3.1. Nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual tem por finalidade assegurar a plena execução do contrato, especialmente diante da natureza especializada, da complexidade logística e dos riscos inerentes à prestação de serviços de transporte aéreo.

9.3.2. Para o presente contrato, a CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do **valor global do contrato**, como forma de assegurar a fiel execução das obrigações assumidas.

9.3.3. O percentual de 5% sobre o valor global do contrato é estabelecido considerando:

a) Os riscos operacionais inerentes à prestação de serviços de transporte aéreo (hora/voo), incluindo eventuais atrasos, cancelamentos ou indisponibilidade das aeronaves;

b) A necessidade de garantir a segurança das autoridades e servidores transportados, bem como a regularidade da operação das aeronaves e habilitação da tripulação;

c) A cobertura de eventuais prejuízos decorrentes do não cumprimento integral dos serviços contratados;

d) A proporcionalidade em relação ao valor total do contrato, assegurando proteção à Administração sem impor ônus excessivo à CONTRATADA.

9.3.4. Para atender à finalidade da garantia, a CONTRATADA poderá escolher livremente uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, devendo apresentá-la no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, assegurando cobertura proporcional ao valor global do contrato.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

Assinado eletronicamente por **LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA**, Diretor(a) da SUPADM, em 01/04/2026 14:18:11

Assinado eletronicamente por **JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA**, Superintendente Administrativo, em 01/04/2026 14:24:55

Assinado eletronicamente por **FRANCISCO XAVIER MEDEIROS DE CASTRO, Chefe da Casa Militar**, em 01/04/2026 17:30:32

Assinado eletronicamente por **ELIERBETH SERAFIM RODRIGUES**, em 01/04/2026 16:25:54

Assinado eletronicamente por JOSIANE DOS SANTOS MORAES, Superintendente de Compras e Serviços, em 03/06/2026 12:34:41

Assinado eletronicamente por **YHAINARA NIEDEKUS DE SOUSA**, **MEMBRO DE CUNHASSA**, em 04/04/2020 às 12:04:41

por meio de:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, conforme art. 96, inciso I da Lei nº 14.133/2021;
- b) Seguro-garantia, na modalidade “Seguro-Garantia para Execução de Contrato”, emitido por seguradora legalmente habilitada, conforme art. 96, inciso II da Lei nº 14.133/2021;
- c) Fiança bancária, emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme art. 96, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

9.3.5. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.6. A CONTRATADA deverá apresentar a garantia conforme os dispostos no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 e deverá seguir os prazos nele estabelecido, devendo, em qualquer das modalidades apresentar a garantia até o ato de assinatura do contrato.

9.3.7. A CONTRATADA poderá, a qualquer tempo, solicitar a substituição da garantia por outra das modalidades previstas, mediante aceitação expressa da Administração.

9.3.8. A liberação ou restituição da garantia estará condicionada à verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, inclusive as relacionadas à responsabilidade pós-contratual, quando aplicável.

9.4. Critérios de sustentabilidade

9.4.1. Além de outros critérios de sustentabilidade previstos em legislação, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);
- b) Uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;
- c) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizam sua

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

sem custo adicional para a Assembleia Legislativa de Roraima – ALE/RR;

10.3.2. Nos casos em que a Contratada tem sua pista/base de referência fora do perímetro de Boa Vista/RR, a mesma deverá colaborar com o traslado de servidores e materiais do órgão, seja para embarque ou desembarque, sem ônus para a Administração.

10.4. Forma de execução do objeto;

10.4.1. A execução dos serviços de transporte aéreo dar-se-á sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) ou Requisição de Voo pela Administração, observadas as condições operacionais, técnicas e regulatórias aplicáveis à aviação civil, bem como às disposições deste Termo de Referência;

10.4.2. Os serviços serão executados por meio da disponibilização de aeronaves devidamente homologadas, tripulação habilitada e estrutura operacional adequada, sendo a medição e o faturamento realizados com base no tempo efetivamente utilizado, conforme critérios estabelecidos neste item;

10.4.3. A hora de voo será considerada como o intervalo de tempo transcorrido entre o acionamento e o corte do motor ou turbina devidamente registrados no horímetro da aeronave;

10.4.4. A contagem da hora de voo será apurada pelo horímetro da aeronave, considerando a marcação do tempo de voo em horas e décimos de hora;

10.4.5. O registro das horas de voo apuradas no horímetro das aeronaves será efetuado por meio de assentamento no Diário de Bordo, sendo de responsabilidade do Comandante a transcrição dessas informações;

10.4.6. A empresa aérea entregará junto à nota fiscal relatório devidamente assinado pelo piloto e responsável pela empresa por cada serviço prestado, com nome dos tripulantes e passageiros, rota realizada, horário de acionamento e desacionamento entre os trechos executados, tempo de espera e demais informações que julgar pertinente para fins de comprovação dos valores cobrados à contratante;

10.4.7. Os relatórios apresentados deverão ser atestados por servidor(es) da Administração, designado(s) para a fiscalização do contrato, devendo o atesto conter, além da assinatura, identificação funcional (matrícula ou CPF), data e local.

10.4.8. Em caso de indisponibilidade da aeronave originalmente designada, seja por falha

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

mecânica, pane, manutenção não programada ou qualquer outro impedimento técnico, a CONTRATADA deverá providenciar substituição imediata por aeronave de características equivalentes, sem prejuízo dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

10.4.9. A CONTRATADA deverá informar imediatamente à Administração qualquer evento que inviabilize ou possa comprometer o atendimento da Ordem de Serviço, inclusive aqueles relacionados a condições meteorológicas, substituição de aeronave ou inconsistências no horímetro de voo, **com antecedência mínima de 3 (três) horas**, sempre que possível.

10.4.10. As aeronaves deverão estar sempre limpas, higienizadas, com a cabine em bom estado de conservação e funcionamento adequado dos sistemas internos.

10.4.11. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as autorizações, certificados, registros, licenças e seguros obrigatórios exigidos pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e demais órgãos competentes, sendo vedada a execução de voos em desconformidade com a legislação aeronáutica vigente.

10.5. Cronograma da execução dos serviços:

10.5.1. Considerando a natureza sob demanda da prestação dos serviços de transporte aéreo objeto deste Termo de Referência, não se mostra tecnicamente viável estabelecer um cronograma dos voos, uma vez que a execução dos voos dependerá de necessidades operacionais e institucionais variáveis, não sendo possível prever de forma precisa a frequência, os destinos ou os períodos em que os serviços serão requisitados.

10.5.2. Não obstante, a execução contratual observará os seguintes **marcos operacionais**, conforme quadro abaixo:

ETAPA	TAREFA	PRAZO	RESPONSÁVEL
	Assinatura do Contrato	A assinatura se dará entre as partes e constituirá o marco.	Administração / Contratada

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

INÍCIO DA EXECUÇÃO		inicial da vigência contratual.	
	Emissão da Ordem de Serviço (OS) / Requisição de Voo	A qualquer tempo durante a vigência contratual, conforme necessidade institucional e/ou autorização da Administração.	Gestor do Contrato / Setor Requisitante
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Disponibilização da aeronave	Em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação formal, ou, em casos de urgência, em até 04 (quatro) horas, conforme previsto neste Termo de Referência.	Contratada
	Execução do voo contratado	Conforme data, horário, rota e condições estabelecidas na Ordem de Serviço.	Contratada
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	Registro das horas de voo	Durante a execução de cada serviço, mediante registro em Diário de Bordo e horímetro da aeronave.	Contratada
	Elaboração de relatório de voo	Após a execução de cada serviço, contendo informações operacionais e de tempo de voo.	Contratada
	Atesto dos serviços prestados	Após a entrega do relatório e conferência das informações.	Fiscal do Contrato
LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO	Nota Fiscal ou documento equivalente	Após o atesto do serviço prestado pelo Fiscal do Contrato.	Contratada
	Pagamento	Até 30 (trinta) dias, conforme regras contratuais e disponibilidade orçamentária.	Setor Financeiro da contratante
ENCERRAMENTO CONTRATUAL	Comunicação de encerramento da vigência	No mínimo 60 (sessenta) dias antes do término da vigência contratual.	Gestor do Contrato

10.6. Definição de Mecanismos para Atendimento a Eventuais Necessidades de Materiais Específicos

10.6.1. Considerando que o objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços de transporte aéreo sob demanda, não há previsão de fornecimento de materiais específicos à Administração. Compete à CONTRATADA, por sua exclusiva responsabilidade e às suas expensas,

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

disponibilizar todos os meios, insumos, equipamentos, aeronaves, tripulação, combustíveis, seguros, licenças, autorizações e demais requisitos técnicos e operacionais necessários à adequada execução do serviço, em estrita conformidade com a regulamentação vigente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

10.6.2. Eventuais demandas extraordinárias ou situações excepcionais, caso venham a ocorrer, não implicarão, por si sós, alteração do objeto contratual, devendo ser devidamente justificadas, formalizadas e submetidas à prévia análise e autorização da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10.7. Seguro das aeronaves

10.7.1 A Contratada deverá operar somente as aeronaves cobertas por seguro aeronáutico, sendo:

- a) Seguro de Responsabilidade Civil - RETA por aeronave, com cobertura de danos a terceiros, passageiros, tripulantes, pessoas e bens no solo e danos decorrentes de colisão e abalroamento;
- b) Seguro de Casco, com cobertura de proteção da aeronave em si, contra algum dano que possa ocorrer, seja ele por acidente ou por ato de terceiros;
- c) Seguro com cobertura para tripulantes, passageiros e carga transportada;
- d) A contratada deverá apresentar os referidos seguros aeronáuticos à contratante, antes da data de assinatura do Contrato;
- e) Caso o valor de prejuízos decorrentes de sinistro seja superior à garantia do seguro contratado, a indenização da diferença será efetuada mediante o devido processo de apuração de responsabilidade civil das partes (contratada e seguradora);
- f) As seguradoras e as apólices deverão ser registradas e permitir a sua consulta;
- g) Os custos relacionados ao seguro das aeronaves são de responsabilidade da empresa aérea, sem ônus à contratante;
- h) As empresas aéreas deverão indenizar a contratante ou terceiros, diretamente ou por meio de seguradora, por quaisquer danos ou prejuízos resultantes de ações ou omissões, por dolo ou culpa dos seus empregados, relacionadas à prestação dos serviços a Contratante; As empresas aéreas deverão

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

ainda custear integralmente as despesas decorrentes de atendimento médico irrestrito (pré-hospitalar, hospitalar, ambulatorial, fisioterápico, psicológico, etc.), de transporte e traslado, de funerais e demais despesas relacionadas direta ou indiretamente às vítimas e a terceiros decorrentes de acidentes aeronáuticos;

10.8. Equipamentos e materiais necessários

10.8.1. Para a perfeita prestação dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar as aeronaves, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidade necessárias para o atendimento das necessidades da Contratante.

10.9. Recursos humanos envolvidos

10.9.1. A Contratada deverá designar tripulação devidamente habilitada segundo prescrevem as normas e regulamentos da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;

10.9.2. Todas as aeronaves deverão estar em dia com o programa de inspeções, manutenções preventivas, corretivas e revisões de componentes estabelecidos pelo fabricante da aeronave (motor, célula, aviônicos, dentre outros);

10.9.3. Em caso de acidentes com aeronaves em que haja danos materiais ou pessoais, inclusive a terceiros, o ônus decorrente será de inteira responsabilidade da Contratada seguindo as condições de seguro de casco e RETA que serão obrigatórios para cada aeronave;

10.9.4. Todas as despesas com salários, encargos trabalhistas e previdenciários, hospedagem, deslocamentos, alimentação do pessoal disponibilizado pela Contratada para a realização das atividades de apoio aéreo serão de sua inteira responsabilidade, inclusive o recolhimento de impostos decorrentes dessa modalidade de prestação de serviços;

10.9.5. A contratada deverá ter toda a documentação comprobatória disponibilizada para vistoria da contratante ou a quem por ela for determinado, no início do contrato ou sempre que for requerida;

10.9.6. Por tratar-se de contratação dos serviços de transporte aéreo, cujo unidade de medida é a hora/voo, restando claro que a ALE/RR não possui nenhum vínculo com os empregados da empresa, a CONTRATADA deverá arcar com todos os custos relacionados aos direitos

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

previdenciários e trabalhistas, e, especialmente, será a única a responder às ações impetradas junto aos tribunais sobre o mérito da questão.

10.10. Condições mínimas de desempenho:

- a) Capacidade de execução dos serviços especificados neste termo de referência;
- b) Capacidade de entrega de cópias autenticadas das apólices de Seguro requeridas à Contratante no momento da assinatura do Contrato;
- c) Quantidade suficiente de aeronaves e tripulantes para o atendimento da contratante;
- d) Disponibilidade de pista homologada pela ANAC no município de Boa Vista/RR ou municípios circunvizinhos, a no máximo 40 (quarenta) quilômetros da capital Boa Vista/RR;
- e) Logística para colaborar com o traslado de servidores e materiais do órgão para embarque e desembarque, caso a pista seja em município distinto ao de Boa Vista/RR, sem ônus para a Administração.
- f) Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)
- g) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

10.11. Procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregados

10.11.1. A execução dos serviços de transporte aéreo objeto deste Termo de Referência será realizada mediante procedimentos operacionais padronizados, compatíveis com a natureza do serviço sob demanda e em conformidade com a legislação aeronáutica vigente, especialmente as normas expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

10.11.2. Os serviços serão prestados com base em procedimentos formais de solicitação e autorização, por meio de Ordem de Serviço ou Requisição de Voo emitida pela Administração, contendo as informações necessárias à adequada execução da operação aérea, tais como tipo de aeronave, rota, data, horário e demais condições operacionais.

10.11.3. A metodologia de execução adotada priorizará a segurança operacional, a eficiência logística e a rastreabilidade das informações, mediante controle sistemático das horas de voo,

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

registros em Diário de Bordo, relatórios operacionais e demais documentos exigidos para fins de fiscalização, medição e pagamento.

10.11.4. Para suporte à execução dos serviços, a CONTRATADA deverá empregar tecnologias compatíveis com a operação aérea, incluindo sistemas de navegação, comunicação, monitoramento e registro de voo, devidamente homologados e mantidos em conformidade com as exigências técnicas aplicáveis.

10.11.5. As tecnologias, procedimentos e metodologias adotados deverão permitir pronta resposta às demandas da Administração, assegurando regularidade, confiabilidade, segurança das operações e adequada gestão das informações relacionadas à execução contratual.

10.12. Garantia e Assistência Técnica do Objeto

10.12.1. Poderá ser exigida, a critério da Administração e mediante previsão no edital, garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, bem como da Resolução Legislativa nº 001/2024 da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, destinada a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA na prestação dos serviços de transporte aéreo objeto deste Termo de Referência.

10.12.2. A manutenção e a assistência técnica necessárias à execução dos serviços constituem obrigações permanentes da CONTRATADA, inerentes à atividade de transporte aéreo, devendo ser prestadas de forma contínua durante toda a vigência contratual, em estrita observância às normas, regulamentos e exigências da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

10.12.3. Compete exclusivamente à CONTRATADA assegurar a manutenção preventiva e corretiva das aeronaves, a disponibilidade de tripulação habilitada, a regularidade dos certificados, registros, licenças, seguros obrigatórios, bem como a plena operacionalidade dos equipamentos e sistemas necessários à execução segura e regular dos voos, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

10.13. Condições e Prazo para Refazimento ou Substituição do Objeto

10.13.1. Verificada a impossibilidade de execução do serviço contratado nas condições estabelecidas na Ordem de Serviço, em razão de falha técnica, indisponibilidade da aeronave, pane mecânica, irregularidade documental, inaptidão da tripulação ou qualquer outro fator imputável à CONTRATADA, esta deverá providenciar a substituição imediata da aeronave por outra de

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>



características técnicas equivalentes ou superiores, devidamente homologada e regularizada junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

10.13.2. A substituição da aeronave deverá ocorrer sem qualquer ônus adicional para a Administração, preservando-se integralmente as condições originalmente pactuadas quanto ao tipo de aeronave, capacidade operacional, requisitos de segurança, conforto, prazos e valores contratados.

10.13.3. Na hipótese de a substituição imediata não se mostrar viável e desde que não haja prejuízo ao interesse público, o serviço deverá ser refeito mediante reagendamento do voo, em data e horário definidos pela Administração, observadas as necessidades institucionais e mantidas as condições contratuais, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

10.13.4. A substituição da aeronave ou o refazimento do serviço não afastam a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento integral das normas técnicas, operacionais e de segurança da aviação civil, tampouco a eximem do dever de comunicação imediata à Administração sempre que identificada qualquer situação que possa comprometer a execução segura e regular do objeto.

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. Obrigação da Contratada

11.1.1. A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

11.1.2. Os serviços contratados deverão ser prestados de acordo com a necessidade da CONTRATANTE;

11.1.3. Os serviços deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da contratante;

11.1.4. Fornecer pessoal qualificado que atuará na operação da aeronave mecânicos e pilotos licenciados com certificado de habilitação e capacidade física, expedidos pela ANAC;

11.1.5. Comprovar por meio de instrumento contratual ou carteira de trabalho, que a empresa

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

empregados e os de suas possíveis subcontratadas façam uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como botas, luvas, capas, óculos e outros adequados à prevenção de acidentes, previstos em leis, e regulamentos concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho;

11.1.26. Fazer com que a CONTRATANTE tenha conhecimento de todo os trabalhos executados, respondendo exclusiva e integralmente pela execução dos serviços contratados;

11.1.27. Comunicar, com antecedência, qualquer alteração no curso dos serviços que possa causar prejuízo à CONTRATANTE;

11.1.28. Ensejar por todos os meios a seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização da CONTRATANTE, proporcionando fácil acesso aos serviços em execução e atendendo, prontamente, às observações e exigências que lhe forem dirigidas;

11.1.29. Executar os trabalhos objeto deste Termo de Referência, de acordo com a melhor técnica aplicável a trabalhos dessa natureza, com zelo, diligência e economia, sempre em rigorosa observância às cláusulas e condições estabelecidas nos documentos contratuais;

11.1.30. Utilizar em benefício da CONTRATANTE, os seus melhores conhecimentos e perícia no planejamento dos trabalhos, nos fornecimentos dos materiais, ferramentas e demais equipamentos;

11.1.31. Planejar e conduzir os trabalhos de maneira a evitar acidentes pessoais, danos à CONTRATANTE ou terceiros, obedecendo e cumprindo integralmente a Legislação de Acidentes do Trabalho;

11.1.32. Atender as determinações expressas das fiscalizações aduaneiras, tributárias, e aeronáutica da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e Força Aérea Brasileira - FAB;

11.1.33. Registrar com fidelidade nas respectivas cadernetas (logBook), o cumprimento das diretrizes aeronáuticas, boletins de serviços e outros, bem como as marcas ou controles das substituições decorrentes das inspeções e/ou alterações técnicas, devidamente cumpridas conforme a legislação aeronáutica;

11.1.34. Não divulgar quaisquer informações a terceiros a respeito do presente Processo sem expressa autorização da CONTRATANTE;

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

11.1.35. Observar e cumprir fielmente as disposições do Código Brasileiro de Aeronáutica e as determinações da ANAC do Ministério da Defesa;

11.1.36. Fazer a emissão da Nota Fiscal/Fatura contendo a discriminação detalhada dos serviços executados, bem como o valor da Hora de Voo, com vistas a facilitar o processo de pagamento.

11.2. Obrigação da Contratante

11.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;

11.2.2. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;

11.2.3. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;

11.2.4. Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;

11.2.5. Aplicar à Contratada as penalidades cabíveis, se necessário;

11.2.6. Emitir Ordem de Serviço (OS) de Voo estabelecendo todas as informações referentes ao percurso a ser transcorrido, tais como: tipo de aeronave requisitada, número de passageiros, local, data e horário de início da viagem, destino e detalhes relacionados com o trecho a ser percorridos data e horário do retorno e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do serviço;

11.2.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada, exigindo sua correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela ALE/RR;

11.2.8. Assegurar-se de que os preços, objetos da presente contratação, estejam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;

11.2.9. Notificar a Contratada, formal e tempestivamente, a ocorrência de eventuais imperfeições, qualquer alteração ou irregularidade no curso de execução do Contrato, fixando prazo para a sua correção;

11.2.10. Solicitar à CONTRATADA, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência,

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>



ou no caso de urgência, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, a disponibilização do serviço, mediante documento formal, devidamente assinado por servidor competente lotado na ALE/RR.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para este fim.

12.2.1. Considera-se meio formal e oficial para comunicação eletrônica, no âmbito deste contrato, o endereço de e-mail institucional (assessoriamilale@gmail.com).

12.3. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.4. Após a assinatura do contrato a Administração poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.5. Preposto: A Contratada designará facultativamente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

12.6. Fiscalização: a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.7. Fiscalização Técnica: O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

12.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

12.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.7.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.7.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

12.8. Fiscalização Administrativa: O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

12.9. Gestor do Contrato: O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.10.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.10.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.10.4. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.10.5. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12.11. O gestor do contrato será o servidor FRANCISCO XAVIER MEDEIROS DE CASTRO – CEL QOCPM, Matrícula nº 30905;

12.12. O fiscal do contrato será o servidor ELIERBETH SERAFIM RODRIGUES – 3º SGT QCPPM, Matrícula nº 26049 , e o fiscal suplente será o servidor RODEVAL MARQUES ANDRADE SOUSA – MAJ QOCPM , Matrícula nº 25.589.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1. Periodicidade de pagamento: O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento, e conferência da Nota Fiscal contendo o devido atesto pelo Gestor e Fiscal do Contrato, devendo ser em moeda corrente nacional, por meio de Crédito em Conta Corrente e de acordo com as condições constantes da proposta, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 3 (três) vias, correspondente a prestação dos serviços, de acordo com as demais exigências administrativas em vigor.

13.2. A Nota Fiscal deverá indicar o número do Processo e da Nota de Empenho correspondente,

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

os números da Conta Corrente, Agência e Banco, para a emissão do respectivo crédito em conta corrente.

13.3. Para avaliação da execução do objeto será utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, disposto neste item.

13.3.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.3.2. não produzir os resultados acordados;

13.3.3. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

13.3.4. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, dentre eles o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no Decreto 10.947/2022.

13.6. Os serviços serão desempenhados de acordo com o que está especificado neste Termo de Referência, os quais servirão de critérios de medição.

13.8. Os mecanismos de comunicação a serem estabelecidos entre o órgão da Administração Pública e a prestadora de serviços são:

13.8.1. E-Mail (preferencialmente institucional); e

13.8.2. Expedientes formais por escritos (Ofícios e Cartas timbradas e assinadas eletronicamente) com respectivo protocolo de recebimento e expedição.

13.8.3. Também podem ser utilizados para incremento da comunicação:

13.8.4. Telefone Comercial Fixo (de serviço); e

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>



13.8.5. Telefone Celular (de serviço) e Aplicativos de Mensagens.

13.9. Os métodos e processos de coordenação e controle do emprego de recursos e meios aéreos serão realizados ainda mediante adoção e execução das seguintes medidas:

13.9.1. Conferência do Relatório de Voo e/ou Relatório de Voo resumido, em consonância com as Ordens de Serviços com o objetivo de possibilitar a fiscalização do voo e a verificação se o cumprimento da missão foi feito de acordo com as necessidades dos usuários, na data e horários planejados, total de horas voadas, origem e destino do voo, passageiros embarcados, natureza e volume de carga transportada;

13.9.2. O Relatório de Voo e/ou Relatório de Voo resumido é o documento que comprova a realização do voo e fornece os detalhes do mesmo (nome dos tripulantes e passageiros, rota realizada, horário de acionamento e desacionamento entre os trechos executados, tempo de espera e demais informações que julgar pertinente) com fins de rastreabilidade documental e pagamento da hora voada;

13.9.3. O Relatório de Voo e/ou Relatório de Voo resumido e a Nota Fiscal devem ser expedidos por trecho (do local de decolagem para o local do pouso), independentemente da duração do voo ou do número de trechos realizados no dia.

13.9.4. Para o atesto da fatura, o Gestor/Fiscal do Contrato irá elaborar Relatório dos Serviços Prestados, consolidando as informações relativas às ocorrências verificadas na execução e eventuais adequações aos pagamentos, conforme resultado da avaliação de execução do objeto.

13.9.5. A CONTRATADA deverá encaminhar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista conforme legislação, devendo manter as condições de habilitação durante toda a vigência contratual.

13.10. Do recebimento do objeto

13.10.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais, mediante relatório ou termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, em conformidade com o art. 140, inciso I, a, da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 61, inciso I, da Resolução Legislativa nº 001/2024 da ALE/RR.

13.10.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

13.10.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

13.10.12. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, acerca do cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, bem como em eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 61 e 8, Parágrafo único, da Resolução Legislativa nº 001/2024 da ALE/RR.

13.10.13. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.10.14. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.10.15. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.10.16. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

13.10.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do *art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021*, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.10.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

13.10.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético- profissional pela perfeita

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

execução do contrato.

13.11. Da Substituição:

13.11.1. O serviço de voo poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando a aeronave ou a execução do serviço estiver em desacordo com as disposições contratuais, nos termos do § 1º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

13.11.2. Constatada a rejeição do serviço pela fiscalização, em razão de falha técnica, indisponibilidade da aeronave, pane mecânica, irregularidade documental, inaptidão da tripulação ou qualquer outro fator imputável à CONTRATADA, esta deverá providenciar a substituição imediata da aeronave por outra de características técnicas equivalentes ou superiores, devidamente regularizada e apta à execução do serviço.

13.11.3. Na hipótese de a substituição imediata não se mostrar viável e desde que não haja prejuízo ao interesse público, o serviço deverá ser refeito mediante reagendamento do voo, em data e horário definidos pela Administração, observadas as necessidades institucionais.

13.11.4. O não atendimento, pela CONTRATADA, das condições e prazos estabelecidos para o refazimento ou substituição do serviço caracteriza inexecução parcial ou total do contrato, sujeitando-a às providências administrativas cabíveis, inclusive à aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no instrumento contratual.

13. 11. Liquidação

13.11.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação:

13.11.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

13.11.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.12 Prazo de pagamento

13.12.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta dias úteis, contados da prestação do serviço, após Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal designado e será creditada por meio de ordem bancária na conta corrente indicada na proposta.

13.12.2. Acompanhada da nota fiscal, a contratada deverá apresentar prova de regularidade perante a justiça do trabalho, ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e certidões de regularidade fiscal: Federal, Estadual e Municipal.

13.13. Forma de pagamento

13.13.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta corrente indicados pela contratada, mediante a execução do objeto, após a prestação de cada serviço, com a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente, acompanhada da Ordem de Serviço (OS), expedida pela Casa Militar/ALE/RR, juntamente com o Pedido de Fretamento e Relatório de Voo (expedido pela contratada), referente aos deslocamentos.

13.13.2. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e conta corrente onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como o número do Processo e do Pregão Eletrônico.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

realizará a glosa do pagamento informado a maior.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 83 da Resolução Legislativa nº 001/2024, de 08 de abril de 2024 em consonância aos artigos 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado ficará sujeito à responsabilização administrativa pela prática das infrações previstas em lei e neste Termo de Referência, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

14.1.1. Constituem infrações administrativas, entre outras, as seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- f) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.2. A ocorrência de qualquer das infrações acima ensejará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, neste Termo de Referência e posteriormente em edital e/ou contrato.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

14.2. Para estas possibilidades serão aplicadas as seguintes sanções, de acordo com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá aplicar ao licitante ou ao contratado que incorrer em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da referida Lei, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, as seguintes sanções administrativas:

14.2.1. ADVERTÊNCIA - aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na *alínea “a” do subitem 14.1.1*, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais graves.

14.2.2. MULTA - aplicada sobre qualquer infração administrativa, inclusive cumulativamente, prevista nos subitens do item *14.1.1*, das seguintes formas:

a) Moratória: para infrações descritas na *alínea “d” do subitem 14.1.1*, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

- Caso o atraso ultrapasse 25 dias, poderá ensejar a rescisão contratual, nos termos do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021.

b) Monetária: para atraso na apresentação, reposição ou suplementação da garantia contratual (art. 96 da Lei nº 14.133/2021) de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, limitado a 2% (dois por cento);

- Persistindo o atraso por mais de 25 dias, aplica-se a extinção do contrato por descumprimento contratual.

c) Compensatória: para infrações previstas na *alínea “a” do subitem 14.1.1*, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

d) Compensatória: para infrações previstas na *alínea “b” do subitem 14.1.1*, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

e) Compensatória: para inexecução total do contrato previsto na *alínea “c” do subitem 14.1.1*, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

f) Compensatória: em substituição à multa moratória descrita para a *alínea “d” do subitem 14.1.1*, de 3% (três por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação;

g) Compensatória: para as infrações descritas nas *alíneas “e” a “i” do subitem 14.1.1*, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

14.2.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR - quando praticadas as condutas descritas nas *alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 14.1.1.*, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave;

14.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas *alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do subitem 14.1.1.*, bem como nas *alíneas “b”, “c” e “d” do mesmo subitem*, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

14.3. As sanções previstas nos subitens *14.2.1., 14.2.3. e 14.2.4.* poderão ser aplicadas juntamente com a sanção prevista no subitem *14.2.2.*, facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da comunicação enviada por autoridade competente, na forma do § 7º do art. 156 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

14.3.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.3.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14.4. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

14.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.6.2. As periculosidades do caso concreto;

14.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.6.4. Os danos que dela provierem para a Contratante; e

14.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.864.964,80 (Três milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)**

15.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

15.2. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.2.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme Termo de Referência.

15.3. Condições de importação e data de câmbio para conversão

15.3.1. Com base nas informações apresentadas quanto ao objeto deste certame e por não ter inferência direta com “importação ou tributos cambiais”, assim como o inciso XV, art. 92, da Lei nº 14.133/2021 elencar o uso de quando for o caso. Esta previsão não se aplica a esta contratação.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Casa Legislativa, conforme abaixo:

- a) Programa de Trabalho: 01.101.01.031.0001.2011;
- b) Elemento de Despesa: 33.90.39 – Outros serviços de terceiros;
- c) Subelemento: 38 – Locação de Aeronaves;
- d) Fonte: 1.500;
- e) Cód. de Acompanhamento: 0000.

17. ANEXOS

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

- 17.1. ANEXO I – MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO - MGR
- 17.2. ANEXO II - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR
- 17.3. ANEXO III- DEMONSTRATIVO DE VALORES
18. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA *(Assinado eletronicamente)*

Anexo VIII, art. 26, inciso I, Resolução nº 001/2024 – ALE/RR:

Elaborado por:

ELIERBETH SERAFIM RODRIGUES – 3º SGT QCPPM

Matrícula nº 26049

THAINARA MEDEIROS DE SOUSA

Membro da Comissão de Confecção de ETP/TR

Matrícula nº 33142

Solicitado/Aprovado por:

FRANCISCO XAVIER MEDEIROS DE CASTRO – CEL QOCPM

Chefe da Casa Militar/ALE/RR

Matrícula nº 30905

Agentes responsáveis pela Pesquisa de Preços

(Anexo VIII, art. 26, inciso II, Resolução nº 001/2024 – ALE/RR):

LIANA DANIELA DOS SANTOS SILVA

Diretora Administrativa

Matrícula nº 34.552

JANDERSON JUNHO DOS REIS BARBOSA

Superintendente Administrativo

Matrícula nº 33.397

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

ANEXO I - MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO - MGR

1. INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Classificação	Valor
Baixo	5
Médio	10
Alto	15

Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade e impacto.

A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco.

Probabilidade (P)	15			
	10	75	150	225
	5	50	100	150
Impacto (I)	1	25	50	75
		5	10	15

Tabela 2: Matriz de Probabilidade x Impacto.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

2. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

1.1.A tabela a seguir expressa uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento.

Id	Risco	Relacionado ao (ã):	(P)	(I)	Nível de Risco (PxI)
1	Atraso na finalização do procedimento de contratação	Planejamento e Gestão	5	10	50
2	Inobservância às especificações técnicas da aeronave	Planejamento e Gestão	5	15	75
3	Ocorrência de falhas de manutenção ou de problemas mecânicos na aeronave	Planejamento e Gestão	5	15	75
4	Indisponibilidade da aeronave na data previamente programada	Gestão	5	15	75

Legenda: P - Probabilidade; I - Impacto.

3. AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Risco 1	Risco:	Atraso na finalização do procedimento de contratação.			
	Probabilidade:	Baixo			
	Impacto:	Médio			
	Dano:	Sobrecarga excessiva dos setores envolvidos			
		Não conclusão do procedimento de contratação.			
	Tratamento:	Mitigar			
	Id Ação Preventiva		Responsável		
	1	Planejar cronograma com prazos realistas; monitorar etapas do processo; prever alternativas de contratação.	Setor Requisitante		
	Id Ação de Contingência		Responsável		
	1	Remanejar as demandas, priorizando a contratação em caráter emergencial.	Comissão Técnica e Superintendência Administrativa e Superintendência de Compras		

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

Risco 2	Risco:	Inobservância às especificações técnicas da aeronave.
	Probabilidade:	Baixo
	Impacto:	Alto
	Dano:	Risco à segurança e inviabilização do serviço; descumprimento contratual.
	Tratamento:	Mitigar
	Id	Ação Preventiva
	1	Descrever requisitos técnicos claros; exigir comprovação e vistorias prévias.
	Id	Ação de Contingência
	1	Solicitar a troca da aeronave e aplicar as penalidades cabíveis, pelo não atendimento do objeto com as especificações conforme descritas no TR e Edital.

Risco 3	Risco:	Ocorrência de falhas de manutenção ou de problemas mecânicos na aeronave.
	Probabilidade:	Baixo
	Impacto:	Alto
	Dano:	Atrasos, cancelamentos e risco à segurança dos passageiros.
	Tratamento:	Mitigar
	Id	Ação Preventiva
	1	Exigir plano de manutenção preventiva; realizar inspeções técnicas; incluir cláusulas contratuais prevendo substituição da aeronave em caso de impossibilidade de uso.
	Id	Ação de Contingência
	1	Solicitar, de forma imediata, aeronave reserva; apurar a responsabilidade da Contratada; e adotar as medidas administrativas e contratuais cabíveis para a reparação dos prejuízos.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

Risco 4	Risco:	Indisponibilidade da aeronave na data previamente programada.	
	Probabilidade:	Baixo	
	Impacto:	Alto	
	Dano:	Comprometimento da agenda institucional e deslocamentos urgentes.	
	Tratamento:	Mitigar	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Prever cláusulas contratuais com penalidades por indisponibilidade; exigir aeronave reserva; realizar contato prévio para confirmação da disponibilidade.	Setor Requisitante e Comissão Técnica
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Submeter imediatamente o caso à Superintendência Geral para análise e deliberação quanto às providências cabíveis,	Setor Requisitante e Superintendência-Geral

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

ANEXO II - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

O Instrumento de Medição de Resultado – IMR será aplicado mensalmente pelo Fiscal do Contrato, com a finalidade de aferir o nível de execução dos serviços de transporte aéreo (hora/voo), servindo como base objetiva para o atesto da fatura e para eventual adequação do pagamento, nos termos deste Termo de Referência.

A medição considerará exclusivamente os indicadores operacionais diretamente relacionados à execução do objeto contratual.

1. Tabela de Indicadores, Pesos e Frequência de Avaliação

Item	Indicador / Infração Avaliada	Descrição do Critério de Avaliação	Peso (%)	Frequência
01	Atendimento às solicitações de voo	Cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência para atendimento das Ordens de Serviço e requisições de voo.	40%	Mensal
02	Disponibilidade operacional de aeronave	Manutenção de aeronave disponível na base da empresa para atendimento das demandas da Administração, evitando atrasos no cumprimento das missões	35%	Mensal
03	Regularidade documental e habilitação	Manutenção regular e válida de todos os documentos de habilitação técnica, operacional e regulatória exigidos para a execução do serviço	25%	Mensal
TOTAL			100%	

2. Metodologia de Apuração

2.1. Cada indicador será avaliado com base nas ocorrências registradas no período de medição, considerando relatórios de voo, ordens de serviço, comunicações formais, registros da fiscalização e demais documentos comprobatórios.

2.2. O peso atribuído a cada indicador reflete sua relevância para a continuidade, segurança e

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

eficiência da prestação do serviço de transporte aéreo.

2.3. A soma dos pesos totaliza 100% (cem por cento), constituindo a base de avaliação global da execução contratual no período.

3. Tabela de Glosa Administrativa por Ocorrências Apuradas

Nº de Ocorrências Apuradas no Período	Penalidade / Providência Administrativa
Até o limite de 4 (quatro) ocorrências	Advertência formal, sem aplicação de glosa financeira
Até 8 (oito) ocorrências	Glosa de 10% (dez por cento) sobre o valor da fatura correspondente ao período
Acima de 9 (nove) ocorrências	Glosa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da fatura correspondente ao período e abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade

4. Regras Gerais de Aplicação

4.1. A glosa decorrente do IMR não possui natureza sancionatória, consistindo em ajuste do pagamento ao nível de execução efetivamente prestado no período avaliado.

4.2. As ocorrências serão apuradas por período mensal de medição, não sendo cumulativas entre períodos distintos.

4.3. A aplicação do IMR não afasta a possibilidade de aplicação das sanções administrativas previstas na legislação e no contrato, quando caracterizada infração contratual.

4.4. As glosas não poderão incidir sobre salários, encargos trabalhistas ou previdenciários, recaindo exclusivamente sobre o valor da fatura correspondente ao período avaliado

5. Disposição Final

O presente Instrumento de Medição de Resultado integra o Termo de Referência como mecanismo objetivo de controle da execução contratual e de aferição do pagamento devido à CONTRATADA, observados os princípios da eficiência, economicidade, proporcionalidade e interesse público.

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

ANEXO III - 17.3. - DEMONSTRATIVO DE VALORES

Item	Descrição Detalhada do Objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Fonte da Pesquisa	Valor Unt Coletado (R\$)	Observações (se houver)
01	Aeronave Monomotor, Asas Fixas (Porte Leve), capacidade de no mínimo, 6 pessoas	Hora/Voo	360	Banco de Preços – Contratações Públicas Similares	4.828,57	Não consta
02	Aeronave de Asa Rotativa (helicóptero), capacidade de no mínimo, 6 pessoas	Hora/Voo	120	Banco de Preços – Contratações Públicas Similares	17.722,33	Não consta

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE ETP E TR

Av. Surumu, 1170 - São Vicente - Boa Vista - Roraima - Brasil - Site: <https://al.rr.leg.br>

ANEXO II

MINUTA TERMO CONTRATO Nº XX/202X

PREGÃO ELETRÔNICO SRP – Nº XX/202X

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº: 03/2025

CONTRATO CELEBRADO ENTRE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RORAIMA E
XXXXXXXXXX.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.808.220/0001-68, com sede situada à Praça do Centro Cívico, nº 202, Bairro Centro, Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, Superintendente Geral, nomeado pela Resolução nº 0xx/xxxx – MD, de xx de xxxxxx de 20xx, publicada no Diário da Assembleia Legislativa - DOALE nº xxx de xx de xxx de 202x, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº xxx/20xx-MD, publicada no DOALE nº xxx, de xxx de xxxxxx de 20xxx, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob nº xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede situada à xxxxxxxx, Bairro xxxxxxxx, cidade de xxxxxxxx, Estado de xxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, resolvem celebrar o presente Contrato, com fulcro no artigo 28, inciso I da Lei 14.133 de 1º de Abril de 2021, Resolução Legislativa Nº 001/2024, Resolução Legislativa Nº 004/2025 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XX/202X**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte aéreo (hora/voo), sob demanda, em aeronaves de Asas Fixas (Porte Leve) e Asa Rotativa (helicóptero), homologadas e licenciadas pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR.

1.2 Objeto da Contratação:

ITEM/LOTE (...)						
ITEM/LOTE	DESCRIÇÃO	Marca/Modelo	UND.	QTD.	VLR. UNIT. (R\$)	VLR. TOTAL (R\$)
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

- 1.3.1. Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3.5. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão e, dessa forma, regerem a execução adequada do contrato ora celebrado.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO (ART. 92, III)

- 2.1. O presente Contrato será regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021, Resolução Legislativa nº 001/2024 e Resolução Legislativa Nº 004/2025**, assim como demais normas aplicáveis à espécie.
- 2.2. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na **Lei nº 14.133/2021**, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na **Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor** – e normas e princípios gerais dos contratos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 3.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme estabelecido nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.**

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)

- 4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento (provisório/definitivo) do objeto constam no **Item 10 e 12** do Termo de Referência. (ANEXO I)

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 5.1. **É admitida a subcontratação parcial do objeto contratual, conforme Item 9.1. do Termo de Referência. (ANEXO I)**

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO (ART. 92, V)

- 6.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (ART. 92, V, VI)

- 7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições e critérios a ele referentes encontram-se definidos no **Item 13** do Termo de Referência. (ANEXO I)

8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE (ART. 92, V)

- 8.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 8.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, conforme Termo de Referência.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

- 9.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;
- 9.2. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;
- 9.3. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;
- 9.4. Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;
- 9.5. Aplicar à Contratada as penalidades cabíveis, se necessário.
- 9.6. Emitir Ordem de Serviço (OS) de Voo estabelecendo todas as informações referentes ao percurso a ser transcorrido, tais como: tipo de aeronave requisitada, número de passageiros, local, data e horário de início da viagem, destino e detalhes relacionados com o trecho a ser percorrido data e horário do retorno e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do serviço.
- 9.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada, exigindo sua correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela ALE/RR.
- 9.8. Assegurar-se de que os preços, objetos da presente contratação, estejam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato
- 9.9. Notificar a Contratada, formal e tempestivamente, a ocorrência de eventuais imperfeições, qualquer alteração ou irregularidade no curso de execução do Contrato, fixando prazo para a sua correção.
- 9.10. Solicitar à CONTRATADA, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, ou no caso de urgência, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, a disponibilização do serviço, mediante documento formal, devidamente assinado por servidor competente lotado na ALE/RR.
- 9.11. Receber o objeto, através do setor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em conformidade com o artigo [117º da Lei nº. 14.133/2021](#);
- 9.12. Aplicar ao CONTRATADA as sanções previstas na lei;
- 9.13. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADA;
- 9.14. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 9.15. Responder eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 dias.
- 9.16. Com relação à obrigação delineada no subitem 9.15. deste contrato, a Administração terá o prazo de 10 dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

10.1. A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato.

10.2. Os serviços contratados deverão ser prestados de acordo com a necessidade da CONTRATANTE;

10.3. Os serviços deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da contratante;

10.4. Fornecer pessoal qualificado que atuará na operação da aeronave mecânicos e pilotos licenciados com certificado de habilitação e capacidade física, expedidos pela ANAC;

10.5. Comprovar por meio de instrumento contratual ou carteira de trabalho, que a empresa possui em seu quadro permanente de pessoal, funcionários especializados que atuarão na operação e manutenção das aeronaves, sobretudo de no mínimo 01 (um) piloto para aeronave de asas rotativas (helicóptero), 02 (dois) pilotos para aeronaves de asas fixas (porte leve e médio) e 01 (um) mecânico devidamente qualificado;

10.6. A CONTRATADA deverá possuir base de operações própria ou locada, com hangar (pista de pouso e decolagem e/ou heliponto) homologada pela ANAC, localizada no município de Boa Vista-RR ou municípios circunvizinhos, a no máximo 40 (quarenta) quilômetros da capital Boa Vista/RR;

10.7. Assumir responsabilidade civil por danos ou prejuízos que seus empregados ou prepostos, por ação ou omissão causarem a bens da ALE/RR, indenizando integralmente a parte prejudicada;

10.8. Responder por quaisquer danos, pessoais ou materiais, ocasionados em face da realização dos serviços em conformidade com as condições especificadas neste Termo de Referência e em Contrato a ser firmado com a CONTRATANTE;

10.9. Não poderá transferir ou subcontratar, a outrem, no todo ou em parte, o presente instrumento sem o prévio consentimento da CONTRATANTE;

10.10. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, do mesmo, visando fiel desempenho das atividades;

10.11. Estar devidamente habilitada e homologada para atender o transporte de pessoal, objeto deste instrumento, junto à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;

10.12. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços, somente mediante requisição da CONTRATANTE, ficando a seu encargo o cumprimento de todas as disposições previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica, no que tange à aeronave e ao piloto;

10.13. Apresentar a aeronave em perfeita condição de funcionamento e abastecida de acordo com a proposta apresentada e aprovada pela contratante, assegurando a boa qualidade e segurança no serviço de transporte a ser executado;

10.14. Atender com preferência a CONTRATANTE, em atenção ao princípio da continuidade do Serviço Público;

10.15. Ter profissionais próprios para operar as aeronaves sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, não cabendo a ALE/RR qualquer compromisso no que se relaciona ao seu quadro pessoal;

10.16. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxa ou tributos, trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comercial, civil e criminal, inerentes à execução do

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

objeto deste Termo de Referência, inclusive no tocante a seus empregados, dirigente e prepostos;

10.17. Arcar com as despesas e prejuízos advindos de paralisações das aeronaves por defeito mecânico e/ou falta de operadores;

10.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a terceiros, praticados na operação das aeronaves de sua propriedade, durante a execução dos trabalhos;

10.19. Responsabilizar-se em providenciar junto aos órgãos competentes, sem ônus à CONTRATANTE, todos os registros, licenças e autorizações que forem devidos em relação ao serviço contratado;

10.20. Substituir qualquer profissional sempre que for considerado inconveniente, mediante solicitação por escrito por parte do setor competente da CONTRATANTE, em prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento da comunicação;

10.21. Custear as despesas referentes ao transporte, vertical e horizontal, passagens de funcionários, para o acesso ao local do serviço;

10.22. Arcar com eventuais gastos com a locação e estadias de bens, móveis e imóveis, que se demonstrem necessários à execução dos serviços;

10.23. Fornecer todos os equipamentos necessários para a boa execução dos serviços previstos;

10.24. Providenciar, quando for o caso, junto às concessionárias de serviços públicos estaduais e municipais, o licenciamento a execução de ligações provisórias ou definitivas e outras quaisquer medidas indispensáveis à execução dos serviços;

10.25. Certificar-se, respondendo pelos eventuais descumprimentos, de que todos os seus empregados e os de suas possíveis subcontratadas façam uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, luvas, capas, óculos e outros adequados à prevenção de acidentes, previstos em leis, e regulamentos concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho;

10.26. Fazer com que a CONTRATANTE tenha conhecimento de todos os trabalhos executados, respondendo exclusiva e integralmente pela execução dos serviços contratados;

10.27. Comunicar, com antecedência, qualquer alteração no curso dos serviços que possa causar prejuízo à CONTRATANTE;

10.28. Ensejar por todos os meios a seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização da CONTRATANTE, proporcionando fácil acesso aos serviços em execução e atendendo, prontamente, às observações e exigências que lhe forem dirigidas;

10.29. Executar os trabalhos objeto deste Termo de Referência, de acordo com a melhor técnica aplicável a trabalhos dessa natureza, com zelo, diligência e economia, sempre em rigorosa observância às cláusulas e condições estabelecidas nos documentos contratuais;

10.30. Utilizar em benefício da CONTRATANTE, os seus melhores conhecimentos e perícia no planejamento dos trabalhos, nos fornecimentos dos materiais, ferramentas e demais equipamentos;

10.31. Planejar e conduzir os trabalhos de maneira a evitar acidentes pessoais, danos à CONTRATANTE ou terceiros, obedecendo e cumprindo integralmente a Legislação de Acidentes do Trabalho;

10.32. Atender as determinações expressas das fiscalizações aduaneiras, tributárias, e aeronáutica da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e Força Aérea Brasileira - FAB;

10.33. Registrar com fidelidade nas respectivas cadernetas (logBook), o cumprimento das diretrizes aeronáuticas, boletins de serviços e outros, bem como as marcas ou controles

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

das substituições decorrentes das inspeções e/ou alterações técnicas, devidamente cumpridas conforme a legislação aeronáutica;

10.34. Não divulgar quaisquer informações a terceiros a respeito do presente Processo sem expressa autorização da CONTRATANTE;

10.35. Observar e cumprir fielmente as disposições do Código Brasileiro de Aeronáutica e as determinações da ANAC do Ministério da Defesa;

10.36. Fazer a emissão da Nota Fiscal/Fatura contendo a discriminação detalhada dos serviços executados, bem como o valor da Hora de Voo, com vistas a facilitar o processo de pagamento.

10.37. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.38. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

10.39. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

10.40. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, quando couber;

10.41. Manter, durante a execução do CONTRATO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na celebração do mesmo, [art. 92, inc. XVI, da Lei nº 14.133/2021](#).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XII E XIII)

11.1. Para o presente contrato, a CONTRATADA deverá apresentar garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, como forma de assegurar a fiel execução das obrigações assumidas.

11.2. Para atender à finalidade da garantia, a CONTRATADA poderá escolher livremente uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, devendo apresentá-la no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, assegurando cobertura proporcional ao valor global do contrato, por meio de:

11.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, conforme art. 96, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

11.2.2. Seguro-garantia, na modalidade “Seguro-Garantia para Execução de Contrato”, emitido por seguradora legalmente habilitada, conforme art. 96, inciso II da Lei nº 14.133/2021;

11.2.3. Fiança bancária, emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme art. 96, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

11.3. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, nos termos do art. 100 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. A CONTRATADA deverá apresentar a garantia conforme os dispostos no art. 96 da Lei nº 14.133/2021 e deverá seguir os prazos nele estabelecido, devendo, em qualquer das modalidades apresentar a garantia até o ato de assinatura do contrato.

11.5. A CONTRATADA poderá, a qualquer tempo, solicitar a substituição da garantia por outra das modalidades previstas, mediante aceitação expressa da Administração.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

11.6. A liberação ou restituição da garantia estará condicionada à verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais, inclusive as relacionadas à responsabilidade pós-contratual, quando aplicável.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos do artigo 83 da Resolução Legislativa nº 001/2024, de 08 de abril de 2024 em consonância aos artigos 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, o licitante ou o contratado ficará sujeito à responsabilização administrativa pela prática das infrações previstas em lei e neste instrumento, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

12.1.1. Constituem infrações administrativas, entre outras, as seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- f) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.1.2. A ocorrência de qualquer das infrações acima ensejará a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, neste Termo de Referência e posteriormente em edital e/ou contrato.

12.2. Para estas possibilidades serão aplicadas as seguintes sanções, de acordo com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá aplicar ao licitante ou ao contratado que incorrer em quaisquer das infrações previstas no art. 155 da referida Lei, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, as seguintes sanções administrativas:

12.2.1. ADVERTÊNCIA - aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do subitem 12.1.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais graves.

12.2.2. MULTA - aplicada sobre qualquer infração administrativa, inclusive cumulativamente, prevista nos subitens do item 12.1.1., das seguintes formas:

a) Moratória: para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1.1, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento);

• Caso o atraso ultrapasse 25 dias, poderá ensejar a rescisão contratual, nos termos do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021.

b) Monetária: para atraso na apresentação, reposição ou suplementação da garantia contratual (art. 96 da Lei nº 14.133/2021) de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, limitado a 2% (dois por cento);

• Persistindo o atraso por mais de 25 dias, aplica-se a extinção do contrato por descumprimento contratual.

c) Compensatória: para infrações previstas na alínea “a” do subitem 12.1.1, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

d) Compensatória: para infrações previstas na alínea “b” do subitem 12.1.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

e) Compensatória: para inexecução total do contrato previsto na alínea “c” do subitem 12.1.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

f) Compensatória: em substituição à multa moratória descrita para a alínea “d” do subitem 12.1.1, de 3% (três por cento) a 7% (sete por cento) do valor da contratação;

g) Compensatória: para as infrações descritas nas alíneas “e” a “i” do subitem 12.1.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

12.2.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR - quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.1.1., sempre que não se justificar a imposição de penalidades mais grave;

12.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do subitem 12.1.1., bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do mesmo subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1., 12.2.3. e 12.2.4. poderão ser aplicadas juntamente com a sanção prevista no subitem 12.2.2., facultada a defesa prévia do interessado, no processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da comunicação enviada por autoridade competente, na forma do § 7º do art. 156 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

12.3.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

12.3.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.6.2. As periculosidades do caso concreto;

12.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.6.4. Os danos que dela provierem para a Contratante; e

12.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da ALE/RR, para o exercício de 202X, na classificação abaixo:

1 . Programa de Trabalho: XX.XXX.XX.XXX.XXXX.XXXX;

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

- 2 . **Fonte:** x.xxx;
- 3 . **Cód. De Acompanhamento:** xxxx;
- 4 . **Elemento de Despesa:** xx.xx.xx-xx;
- 5 . **Nota de Empenho nº XX/202X**, de XX/XX/202X, de R\$ XX (XX)

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES, ACRESCIMOS E SUPRESSÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (**vinete e cinco por cento**) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à previa aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (**um**) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133/2021](#).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

15.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

15.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

15.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

15.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/2021](#), assegurados o contraditório e a ampla defesa e observado o disposto nos [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018

16.1 É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

16.3 A Contratada fica obrigada a comunicar a ALE/RR, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no [art. 48 da LGPD](#).

16.4 A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, e Órgãos de controle administrativo em geral;

16.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a [Seção III, Capítulo VI da LGPD](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA MATRIZ/MAPA DE RISCO (ART. 92. IX)

17.1. O Mapa de Gerenciamento de Risco - MGR encontra-se definido no **Item 17.1. do Termo de Referência. (ANEXO I)**

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO E DATA E TAXA DE CÂMBIO PRA CONVERSÃO (ART. 92 XV)

18.1. A cláusula contratual conforme **Item 15.3. do Termo de Referência. (ANEXO I)**

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO (ART.87 Resolução Legislativa Nº 001/2024)

19.1. Para a execução desta contratação, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011](#).

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO ([ART. 92, §1º](#))

21.1. Fica eleito o Foro de Boa Vista-RR com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas pertinentes ao cumprimento do objeto deste contrato;

21.2. E assim, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Termo de Contrato em três vias de igual teor e forma.

Boa Vista-RR, _____ de _____ de _____.

Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Superintendente Geral

Pela Empresa

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/202X
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 03/ALE-RR/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/202X

VALIDADE: XX (XX) MESES.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.808.220/0001-68, com sede situada à Praça do Centro Cívico, nº 202, Bairro Centro, Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, neste ato representado pelo Sr. XXXXXXXXXX, Superintendente Geral, no uso de suas atribuições, nomeado pela Resolução nº XX/20XX – MD, de XX de XX de 20XX, publicada no DOALE/RR nº XX em XX de XX de 20XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **Pregão**, na forma **Eletrônica** e com critério de julgamento **MENOR PREÇO** por **ITEM**, publicada no **Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Edição nº XX**, de XX de XX de 20XX, **Processo Administrativo Eletrônico Nº XX/20XX**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e na [Resolução Legislativa Nº 001/2024](#), [Resolução Legislativa Nº 004/2025](#) e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte aéreo (hora/voo), sob demanda, em aeronaves de Asas Fixas (Porte Leve) e Asa Rotativa (helicóptero), homologadas e licenciadas pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima – ALE/RR, especificado no item 2.1. do **Termo de Referência**, anexo do **Edital de Licitação nº 07/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1 Os preços a serem praticados, acham-se devidamente registrados, neste instrumento e são considerados completos, ou seja, abrangendo todos os encargos de natureza tributária, previdenciária, transporte ou de qualquer outra forma, que direta ou indiretamente possam incidir sobre o produto.

2.2. O preço registrado é o constante na proposta vencedora da licitação.

2.3. O Fornecedor se compromete a fornecer o **ITEM** de acordo com os seguintes preços:

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

ITEM/ LOTE	DESCRIÇÃO	Marca/ Modelo	UND.	QTD.	VLR. UNIT. (R\$)	VLR. TOTAL (R\$)
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX

2.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

2.5. Dados da empresa vencedora e beneficiária desta ata:

1. **Razão Social:** XX
2. **CNPJ nº:** XX.XXX.XXX/0001-XX
3. **Endereço:** XXXXXXXXXXXX.
4. **Telefone:** +55 (XX) XXXX-XXXX
5. **E-mail:** XX@XX
6. **Representante Legal:** XXXX

2.6. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.7. A descrição do objeto foi homologada nos quantitativos máximos a serem contratados.

2.8. Pela particularidade de a execução dos serviços serem executados em Boa Vista-RR e demais unidades da ALE/RR nos municípios do interior, fica vedada a possibilidade de **PREÇOS** distintos, diferenciados ou variáveis em virtude de sua execução.

2.9. Fica vedada à contratação, de mais de uma empresa para a **execução do mesmo serviço**, a fim de assegurar a responsabilidade contratual e o **princípio da padronização**, ressalvado o disposto no [art. 49 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021](#);

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador é a **Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (UASG 926910)**; não havendo Órgãos participantes para este Certame.

3.2 É **vedada** à participação do **Órgão** ou **Entidade** em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A critério da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, esta Ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência deste Órgão, desde que observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021](#); e

4.1.3. **consulta** e **aceitação** prévias da ALE/RR e do fornecedor.

4.1.4. **autorização** da ALE/RR apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.1.5. A ALE/RR poderá **rejeitar** adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Dos Limites para as Adesões

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item **não** poderão **exceder**, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços, para os órgãos ou as entidades participantes. ([Art. 34, I, da Resolução Legislativa Nº 004/2025](#))

4.4. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços. ([Art. 34, II, da Resolução Legislativa Nº 004/2025](#))

4.5. Ao órgão que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após a **autorização** da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, o órgão que aderir deverá efetivar a contratação solicitada em até **90 (noventa dias)**, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.7. Caberá a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante

5. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no [PNCP](#), e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade da proposta. ([Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.2. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

5.3. A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem.

5.3.1. O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

- a) admite-se a prorrogação antecipada da Ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;
- b) a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;
- c) a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;
- d) havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

5.3.2. O ato de **prorrogação** do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

- a) comprovação de que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;
- b) indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.

5.4. O **contrato** decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no [art. 38 da Resolução Legislativa Nº 004/2025](#).

5.4.1. O contrato decorrente da Ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.4.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

5.4.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4.4. O instrumento contratual de que trata o item 5.4. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.5.5. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.6.1. Serão registrados na Ata os **preços** e os **quantitativos máximos** de cada item (ns) do adjudicatário conforme estabelecido no Instrumento Convocatório.

5.6.2. Não haverá **possibilidade** de previsão de **preços diferentes**, tendo em vista o disposto no Item 2.4 desta Ata de Registro de Preços.

5.7. Será incluído na ata, na forma de **Anexo**, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.7.1. Aceitarem cotar os bens e/ou serviços com **preços iguais** aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.7.2. Mantiverem sua **proposta original**.

5.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.7.4. O registro a que se refere o item 5.7.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de **impossibilidade** de atendimento pelo signatário da Ata.

5.7.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.7.1. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e

5.7.6.2. Quando houver o **cancelamento** do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no **Item 7** desta Ata.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e/ou fornecedores será divulgado no **PNCP** e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de **decair** o direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser **prorrogado** uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

5.9.2. A ata de registro de preços será assinada **por meio de assinatura digital** e disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas - **PNCP**.

5.9.3. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto no **item 5.9**, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva,

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.10. Na hipótese de nenhum dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação, aceitar a contratação nos termos deste Instrumento, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

5.10.1. Convocar os licitantes de que licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.10.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

5.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO / ATUALIZAÇÃO / NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens e/ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de **força maior, caso fortuito ou fato do príncipe** ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#);

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

c) Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos seguintes termos:

c.1) O reajuste em sentido estrito consiste na aplicação do índice de correção monetária previsto no instrumento convocatório ou equivalente, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, nos termos do [inciso LVIII, do art. 6º e do § 7º e inciso I do § 8º do art. 25 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

c.2) A repactuação compreende a atualização da remuneração para serviços contínuos em regime de dedicação exclusiva ou com predominância de mão de obra, nos termos do inciso [LIX do art. 6º e do inciso II do § 8º do art. 25 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

6.2. Na hipótese de o **preço registrado** tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, a ALERR, por meio da **Superintendência de Compras**, convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.3. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4. Na hipótese prevista no item 6.3, a ALE/RR, por meio da Superintendência de Compras, convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no [§ 3º do art. 29 da Resolução Legislativa Nº 004/2025](#).

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

[Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br](http://www.al.rr.leg.br)

6.5. Se não obtiver êxito nas negociações, a ALERR procederá, por meio da **Superintendência Compras**, ao cancelamento da ata de registro de preços, comunicando a **Superintendência-Geral**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

6.6. Na hipótese de redução do preço registrado, a ALE/RR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no [art. 36 Resolução Legislativa Nº 004/2025](#).

6.7. Na hipótese de o **preço de mercado** tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a ALERR a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.7. Para fins do disposto no item 6.7. o fornecedor encaminhará à **Superintendência de Compras**, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será **indeferido** pela ALERR e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e na Resolução [Legislativa Nº004/2025](#).

6.9. Na hipótese de **cancelamento** do registro do fornecedor, nos termos [Resolução Nº004/2025](#), a ALERR convocará, por meio da **Superintendência de Compras**, os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.10. Se não obtiver êxito nas negociações, a ALERR procederá, por meio da **Superintendência de Compras**, ao cancelamento da ata de registro de preços, comunicando a **Superintendência-Geral**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.11. Na hipótese de comprovação o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, a ALERR, por meio da **Superintendência de Compras**, atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.12. ALERR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 36 da [Legislativa Nº004/2025](#).

7 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado; ou

7.1.3.1 Sofrer sanção prevista nos incisos [III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.3.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021](#), caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho da **Superintendência de Compras**, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a ALE/RR poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela ALE/RR, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no [§ 3º do art. 27 e no § 4º do art. 28 da Resolução Legislativa Nº 004/2025](#).

7.4.4 Havendo cancelamento do registro de preços do fornecedor, com consequente cancelamento da homologação do certame SRP, poderá a Autoridade Competente decidir pelo retorno de fase do pregão com aceitação de propostas, observada a ordem de classificação.

a) haverá nova Ata de Registro de Preços oriunda do procedimento previsto no item 7.4.4;

b) o novo registro de preços estará subordinado ao prazo de duração remanescente, conforme estabelecido na ata originária, e será limitado ao quantitativo do objeto remanescente no momento do cancelamento do registro de preços ao novo beneficiário vencedor do retorno de fases da licitação;

c) os contratos provenientes da Ata de Registro de Preços originária produzirão seus efeitos jurídicos e legais, sejam esses oriundos de órgãos participantes ou oriundos de adesões, cabendo a cada contratante a manutenção ou não do contrato vigente.

8 DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo ALE/RR entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.1.1 O remanejamento somente será feito:

a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.1.2. O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o item 8.1.

8.2 Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no [art. 33 da Resolução Legislativa Nº 004/2025](#).

8.3 Para fins do disposto no **item 8.1**, competirá a ALE/RR autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, nos casos de remanejamento, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9 DAS PENALIDADES

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no **Item 13** do Edital.

9.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2 É da competência da ALE/RR a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

10 CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas (02) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Boa Vista-RR, _____ de _____ de _____.

Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
Superintendente Geral

Pela Empresa

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

Anexo
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ITEM/ LOTE	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
X	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	X	X	X	X	X

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

ITEM / LOTE	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)				
X	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	X	X	X	X	X

ANEXO V

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br

ANEXO IV

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

(ATENÇÃO! SUBSTITUIR ESTA LOGOMARCA PELO TIMBRE DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/202X
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 03/2025
ABERTURA DIA: xx/xx/202X HORÁRIO:xxh:xxmin.

ITEM/LOTE	DESCRIÇÃO	Marca/ Modelo	UND.	QTD.	VLR. UNIT. (R\$)	VLR. TOTAL (R\$)
XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX

1.0.Observações:

1.1 Prazo de validade da proposta de _____ () dias.

2.0. DECLARAÇÃO

- 2.1. Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.
- 2.2. Os preços dos serviços são de nossa exclusiva responsabilidade e não nos assistirá o direito de pleitear nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, na vigência do contrato caso seja firmado;
- 2.3. Esta Proposta de Preços está em conformidade com o Termo de Referência e demais documentos.

DADOS DA EMPRESA

CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Razão Social: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Endereço:

E-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Telefone(s): (xx) xxxxxx

DADOS BANCÁRIOS:

Banco: xxxxxxxx Agência: xxxxxxxx C/C: xxxxxxxxxxxxxxxx

REPRESENTANTE LEGAL:

Nome do representante da empresa:

Endereço:xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Cargo/Função:xxxxxxxxxxxxxx

Cidade/UF, ____ de _____ de 202X.

Assinatura do representante legal da empresa

Superintendência de Compras -SCP/ALE/RR

sup.compras@al.rr.leg.br

Av. Surumu, Nº 1170, 1º Andar. Bairro São Vicente.

Boa Vista – Roraima – Brasil – ALE na Internet: www.al.rr.leg.br